

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Importação de combustível vai aumentar 40% se não houver investimento, diz EPE..	2
Título: Petrobras muda estatuto para agilizar venda de subsidiárias.....	3
Título: Estatal provisiona R\$ 1,3 bi por perdas com Sete Brasil.....	5
Título: Rui Altieri é reeleito no comando do conselho da CCEE	6
Título: Odebrecht conclui venda de hidrelétrica no Peru	9
Título: Aliança processa Vale, Samarco, Renova e BHP por perdas na usina de Candonga ...	11
Título: Petrobras terá de ir além do PDV para atingir meta	13
Título: Estudos sobre refinaria no Rio vão até agosto	15
Título: Após trimestre fraco, Aço Brasil revisa suas projeções para o ano	16
Título: 'O BNDES precisa criar um novo modelo de negócio'	17
Título: Consultas ao banco caem 41% no 1º tri	24
Título: Bolsonaro diz que economia mínima com reforma deve ser de R\$ 800 bi	25
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	28
Título: Desconsiderar o risco de uma greve é temerário, diz presidente da Petrobrás	28
Título: 'Não dá para bancar ser o machão'	29
Título: Bolsonaro oficializa o fim do horário de verão.....	31
Título: Bolsonaro diz que Guedes aceita reforma de R\$ 800 bi.....	32
Título: Simpatia quase amor	34
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	36
Título: Presidente diz que briga com Mourão é por quem lava a louça'	36
Título: Agência usa preço do diesel de 2017 para reajustar frete	37
Título: Prévia da inflação dispara e supera a meta	39

Título: Com assinatura de decreto, Bolsonaro extingue horário de verão	41
Título: Acordo com a Vale racha força-tarefa que negocia reparações de Brumadinho	42
Título: Maia fala em reverter esvaziamento da Funai	45
VEÍCULO: O Globo	46
Título: Churrasco, batata frita e salada no bandeirão do presidente	46
Título: Bolsonaro assina decreto e extingue horário de verão	47
Título: Petrobras muda regra para acelerar venda de subsidiárias	48
Título: Maia se oferece para negociar retorno da Funai ao MJ	49
VEÍCULO: Correio Braziliense	51
Título: Horário de verão é extinto	51

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Importação de combustível vai aumentar 40% se não houver investimento, diz EPE

O volume de importação de derivados de petróleo do Brasil deve alcançar os 700 mil barris diários, em 2030, de acordo com projeções da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O número representa crescimento de 40% em relação ao volume atual, de cerca de 500 mil barris diários.

Segundo o diretor de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da estatal, José Mauro Coelho, esse número será alcançado, se não houver investimentos em nova capacidade de refino no país, na próxima década.

De acordo com Coelho, no mesmo período, a produção de petróleo brasileira alcançará 5 milhões de barris diários, ante os atuais cerca de 2,5 milhões de barris diários. A expectativa é que o Brasil exporte cerca de 3 milhões de barris diários de petróleo no fim da década.

Os dados fazem parte de estudo feito por Angela Costa, Giovani Machado, Rachel Henriques e Rafael Araujo de panorama sobre a transição energética, cujos principais resultados foram apresentados ontem, em evento promovido

pela estatal, em parceria com o Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), no Rio.

No evento, o diretor informou ainda que a produção de etanol deve crescer, dos atuais 34 bilhões de litros/ano para 49 bilhões de litros, em 2030. No mesmo período, a produção de biodiesel aumentará, passando de 5,4 bilhões de litros para 11 bilhões de litros.

Para o ex-presidente da EPE e atual presidente da consultoria PSR, Luiz Augusto Barroso, o Brasil deve usar a vantagem competitiva que possui com relação ao etanol para os veículos leves. A eletrificação, explicou, poderia ser aproveitada para veículos longos, como ônibus urbanos.

Tanto para o consultor quanto para o diretor da EPE, o movimento de transição energética se dará de forma lenta, ao longo de muitos anos.

Presente ao evento, o diretor de Relações Governamentais e Assuntos Regulatórios da Shell, Flavio Rodrigues, disse que a petroleira investe cerca de US\$ 25 bilhões por ano, dos quais aproximadamente US\$ 2 bilhões em novas energias. "A tendência é que esse número aumente", afirmou Rodrigues.

De acordo com Clarissa Lins, sócia-fundadora da Catavento Consultoria, o caso da Shell é um exemplo de empresa de petróleo que está investindo em energia.

Segundo Barroso, da consultoria PSR, o desafio de encontrar modelos de negócios, de financiabilidade e de regulação para a transição energética é uma questão não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/04/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras muda estatuto para agilizar venda de subsidiárias

Os acionistas da Petrobras aprovaram ontem uma reforma no estatuto social que permitirá à estatal vender as suas subsidiárias sem a necessidade do aval da assembleia. Com a mudança, a privatização das controladas passa a depender da aprovação somente do conselho de administração, dando agilidade ao processo.

Em entrevista recente ao **Valor**, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que a reforma do estatuto tinha como objetivo reduzir custos e desburocratizar os desinvestimentos da companhia. A economia de tempo para

conclusão do processo de venda é de, pelo menos, 30 dias - prazo de antecedência mínima necessária para convocação de uma reunião de acionistas.

"Isso agiliza, desburocratiza, reduz custo. Convocar uma assembleia para [deliberar sobre] um assunto custa caro no Brasil. E não há exigência em lei [para submeter venda de subsidiárias integrais aos acionistas]. Várias empresas fazem isso. Empresas grandes, como Vale, Embraer e Ambev adotam isso", disse o executivo, na ocasião. De acordo com a Petrobras, cada assembleia custa em torno de R\$ 1 milhão.

A reforma do estatuto foi aprovada num encontro marcado por surpresas. Durante a apreciação dos novos nomes do conselho de administração da companhia, a União retirou duas de suas cinco indicações para o colegiado. Segundo uma fonte, o acionista controlador da petroleira declarou, em assembleia, a vacância das cadeiras que seriam ocupadas pelo professor Nivio Ziviani e **Alexandre Vidigal de Oliveira, atual secretário de geologia, mineração e transformação mineral do Ministério de Minas e Energia.**

O **Valor** apurou que a União alegou "questões burocráticas" aos demais acionistas, ao desfazer a indicação de Ziviani. Sobre Vidigal de Oliveira, não foram apresentadas justificativas para a retirada do nome do secretário.

Com isso, o conselho da Petrobras passa a ter três cadeiras vagas. Foi aprovada, por 85,7% do capital votante, a destituição de Segen Estefen, encerrando antecipadamente o prazo de mandato do conselheiro, até então válido até o ano que vem.

O conselho da Petrobras passa a ter oito membros. Ontem, os acionistas da companhia aprovaram três novos nomes sugeridos pela União, dentre os quais o almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, eleito presidente do colegiado. Também foram eleitos Roberto Castello Branco, presidente da estatal, e João Cox Neto.

A assembleia também validou o nome de Danilo Ferreira da Silva como representante dos empregados. O conselho da Petrobras possui, ainda, outros quatro integrantes, mantidos do quadro atual: Ana Zambelli e Clarissa Lins, eleitas pelo acionista controlador, e Marcelo Mesquita e Sônia Sulzbeck Villalobos, eleitos respectivamente pelos acionistas ordinários e preferencialistas.

Outro tema aprovado foi o montante global de remuneração dos administradores da companhia para o período de abril de 2019 a março de 2020, no valor de até R\$ 32,4 milhões. Não foi proposto reajuste nos honorários, mas o montante representa um acréscimo de 14,5% ante a

remuneração global aprovada para o período de abril de 2018 a março de 2019. O aumento se deve, basicamente, à provisão de remuneração variável e seus respectivos encargos, que não estavam previstos no ano anterior

No mesmo evento, foram aprovadas as demonstrações financeiras de 2018 e a destinação de 27,3% do lucro líquido, de R\$ 25,7 bilhões, em dividendos e juros sobre capital próprio. Ao todo, serão distribuídos R\$ 7,05 bilhões em remuneração aos acionistas. Desse total, R\$ 4,293 bilhões em juros sobre capital próprio e R\$ 106 milhões em dividendos serão pagos em 20 de maio de 2019. Outros R\$ 2,654 bilhões (em valores atualizados) já foram antecipados na forma de juros sobre capital próprio, ao longo do exercício de 2018.

O orçamento de capital para 2019 também passou pelos acionistas. Serão investidos, ao todo, R\$ 54,711 bilhões. O valor previsto será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da companhia.

O foco do orçamento anunciado está na área de exploração e produção, que deve ficar com R\$ 43,788 bilhões. Já o segmento corporativo absorverá recursos da ordem de R\$ 1,06 bilhão.

Outros R\$ 9,864 bilhões serão destinados ao segmento de refino, gás e energia, biocombustíveis e distribuição. A Petrobras listou, entre os principais projetos para o ano, as obras de construção do gasoduto marítimo Rota 3, a unidade de processamento de gás natural do Comperj, em Itaboraí (RJ), além da conclusão do primeiro trem da refinaria do Nordeste (Rnest), em Pernambuco, e da continuidade das obras da refinaria do Comperj - projeto que depende do fechamento de uma parceria com um novo sócio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/04/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Estatal provisiona R\$ 1,3 bi por perdas com Sete Brasil

A Petrobras informou ontem decisão de provisionar R\$ 1,3 bilhão, em decorrência do estágio atual dos litígios envolvendo a Sete Brasil. O anúncio não era esperado pelo mercado, disseram dois analistas ouvidos pelo **Valor** que monitoram a estatal, e preferiram não se identificar. O valor provisionado é apenas uma parte dos litígios que envolvem a Sete Brasil.

Nas demonstrações financeiras do quarto trimestre de 2018, a Petrobras registrou uma estimativa de perda possível de R\$ 8,068 bilhões com arbitragens no país e com uma ação judicial nos Estados Unidos envolvendo a Sete Brasil

A estatal informou que os processos são confidenciais e não deu maiores detalhes sobre a que processo o provisionamento se refere. A companhia esclareceu apenas que o efeito decorrente do provisionamento será reconhecido no resultado consolidado da Petrobras do 1º trimestre de 2019.

Segundo consta no balanço do quarto trimestre, a Petrobras tem litígios de natureza confidencial em diversas arbitragens sobre o caso Sete Brasil.

A companhia cita, como exemplo, a disputa com o fundo EIG, nos EUA. Na ação judicial proposta pela EIG e afiliadas, o fundo alega que a Petrobras teria praticado fraude ao induzir os autores a investir na Sete, através de comunicações que teriam deixado de revelar um suposto esquema de corrupção envolvendo a petroleira brasileira e a empresa de sondas.

Segundo a estatal, a Corte Federal do Distrito de Colúmbia acolheu em parte a defesa preliminar da Petrobras (motion to dismiss). A companhia informou, na ocasião, que recorreu da parte da decisão referente à defesa preliminar que lhe foi desfavorável.

Ao detalhar a disputa, a Petrobras esclareceu que, no dia 19 de janeiro de 2018, foi realizada uma audiência para apresentação de argumentos orais das partes relativos ao recurso, perante a Corte Federal de Apelações do Distrito de Columbia. Em 3 de julho, uma turma da Corte Federal de Apelações proferiu decisão, por maioria, rejeitando o recurso interposto pela Petrobras. A decisão não avaliou o mérito das alegações da EIG e analisou apenas se a estatal teria imunidade de jurisdição nos EUA neste estágio inicial do caso. A Petrobras interpôs, então, recurso para o órgão colegiado superior da Corte Federal de Apelações, em 2 de agosto, e em 1º de outubro de 2018, o órgão negou o pedido.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Rui Altieri é reeleito no comando do conselho da CCEE

Reconduzido para outros quatro anos à frente do conselho de administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o engenheiro eletricista Rui Altieri manterá como prioridade resolver de forma definitiva o problema do déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês). Paralelamente, sua agenda de curto prazo é voltada para o aumento da segurança no mercado livre de energia, tema visto como urgente pelo especialista.

"A CCEE continuará se colocando em destaque como protagonista de grandes temas", disse Altieri ao **Valor**, em conversa realizada ontem logo depois do resultado da eleição que o reconduziu por unanimidade ao novo mandato. Ao se manter no comando do colegiado, Altieri pretende participar de forma ativa do grupo de trabalho lançado pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** para discutir a modernização do setor elétrico, uma vez que os grandes temas "sempre passam pela comercialização de energia."

Ele contou que apresentou aos agentes presentes na assembleia os principais aspectos das propostas da CCEE para o aprimoramento do mercado livre, mostrando a reação da câmara à crise desencadeada no início do ano depois que os preços de energia subiram de forma surpreendente e várias comercializadoras acabaram não cumprindo seus contratos. Uma delas, a Linkx, acabou pedindo recuperação judicial na última semana, aumentando os receios de uma contaminação em cascata no mercado - e reforçando a urgência de medidas que minimizem esses riscos.

Em 22 de maio, a CCEE vai realizar, em parceria com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e com o Ministério de Minas e Energia, um workshop no qual serão detalhadas as propostas voltadas para a segurança do mercado. "O evento será uma demonstração de que a CCEE quer ser reconhecida como 'a casa do mercado', vamos ouvir os agentes e estamos totalmente alinhados com Aneel e Ministério", disse Altieri.

Serão detalhados três pilares da proposta. O primeiro é a elevação da barreira de entrada no mercado e a facilitação dos mecanismos de desligamento das comercializadoras. As liquidações das operações do mercado de curto prazo de energia devem continuar acontecendo de forma mensal, mas haverá chamadas de margem semanais, mudança que poderá ajudar também a reduzir o prazo entre o fim do mês e a liquidação - hoje a defasagem é de dois meses. Por último, serão publicados indicadores que possam sinalizar quais são as comercializadoras com maior grau de segurança ou não no mercado.

"Vamos ouvir as propostas do setor, e a Aneel deve abrir audiência ou consulta pública para permitir que as propostas sejam implementadas em janeiro de 2020", disse Altieri. Segundo ele, a postura mais ativa da CCEE nesse sentido é reflexo dos "novos tempos" enfrentados no setor.

Propostas para aumentar segurança no mercado incluem barreira de entrada para novas comercializadoras

Outras linhas de atuação da câmara em seu novo mandato serão voltadas para desafios "fundamentais" do setor elétrico, como aprimoramento e modernização do Mecanismo de Realocação da Energia (MRE, espécie de

condomínio na qual todas as hidrelétricas rateiam de forma igual a energia gerada no período - e o déficit registrado, se for o caso). Também há foco no aprimoramento da formação de preço de energia no mercado livre, seja o atual, calculado semanalmente, ou o preço-horário, que deve ser implementado a partir de 2020.

Um tema que chama a atenção do presidente do conselho da CCEE é a busca pela melhora na "qualidade" da energia contratada pelas distribuidoras de energia, processo que é operacionalizado, por meio de leilões, pela própria câmara. "Temos geração de energia com tecnologia bastante antiga e preços caros contratada no mercado regulado. É preciso renovar e modernizar o parque de geração", disse Altieri, se referindo às usinas a óleo combustível, poluentes e caras, cujos contratos vencem nos próximos três a quatro anos.

A substituição desses contratos deve ser vista como uma janela de oportunidade no setor. "Vamos substituir a tecnologia ultrapassada por usinas termelétricas atualizadas, será um grande ganho", afirmou Altieri.

"Mas a nossa prioridade número um é o GSF, os outros temas estão alinhados e sendo trabalhados paralelamente", disse Altieri. A proposta para resolver a judicialização referente ao risco hidrológico, que trava R\$ 7 bilhões no mercado à vista de energia, já foi formulada pela CCEE junto aos agentes e discutida exaustivamente. "Me resta muito pouco a fazer agora, a bola está com o Legislativo", disse ele.

A ideia é expurgar de toda a dívida das hidrelétricas com o GSF aquilo que não refletiu, de fato, a hidrologia, como deslocamentos de usinas causados por importação de energia, despachos de termelétricas mais caras e atrasos na entrada de projetos de geração estruturantes, cuja garantia física total já era contabilizada no sistema. Essa exposição será calculada de forma retroativa a 2013 e revertida, em troca, em extensão das concessões das hidrelétricas. Como contrapartida, elas desistirão das ações na Justiça, destravando o mercado. Tal solução depende de alteração legal, e foi incluída no Projeto de Lei do Senado (PLS) 1917/2015, que já teve aval do Senado, mas ainda não foi apreciado pela Câmara.

"É uma solução de consenso entre o poder concedente, o regulador e o mercado", disse Altieri. Segundo ele, o montante travado por liminares deve crescer em um ritmo mais lento agora que as maiores decisões judiciais sobre o tema perderam validade futura, mas isso não tira a urgência da solução. "Não é porque está crescendo pouco que é um problema menos grave", disse.

Além de Rui Altieri, a assembleia de agentes de ontem também elegeu a advogada Roseane Santos como conselheira. Ela vai ocupar a vaga hoje de

Roberto Castro, que deixará o conselho da CCEE após concluir seu segundo mandato. Roseane, que é filha de Mario Santos, especialista influente no setor elétrico, foi eleita com 73,07% dos votos dos agentes presentes ontem. Marcelo Loureiro, diretor da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), teve 24,21% dos votos, e outros 2,73% se abstiveram.

Roseane passou pelo Mercado Atacadista de Energia (MAE, precursor da CCEE) entre 1998 e 2000, como consultora jurídica, e foi superintendente jurídica corporativa da Neoenergia entre 2002 e 2019, segundo sua página no LinkedIn. Desde agosto de 2016, atua como diretora executiva da área de energia e regulatória do Martorelli Advogados, com atuação com foco em clientes de energia elétrica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata | De São Paulo

Título: Odebrecht conclui venda de hidrelétrica no Peru

Após três anos de idas e vindas em negociações com autoridades peruanas e a China Three Gorges, a Odebrecht Latinvest (OLI), subsidiária do grupo na América Latina, conseguiu concluir, na manhã de ontem, a venda da usina hidrelétrica de Chaglla, no Peru.

O grupo chinês pagará US\$ 1,4 bilhão pelo ativo. No entanto, os recursos não deverão ajudar a engordar o caixa da holding Odebrecht S.A., já que o pagamento já está comprometido com outros fins: a quitação de dívidas com bancos e fornecedores locais, além de compromissos firmados com as autoridades peruanas.

Só o abatimento das dívidas contraídas para financiar o projeto da hidrelétrica já consumiria cerca de US\$ 1,2 bilhão.

O restante seria destinado a um fundo, que serviria como garantia de pagamentos de reparação civil - um dos compromissos assumidos pela OLI no âmbito do acordo de cooperação com o Peru.

A companhia não confirma os valores e não diz se alguma parcela do pagamento irá para o caixa.

As conversas com a China Three Gorges começaram em 2016, e a venda da usina ao grupo chinês chegou a ser anunciada em agosto de 2017. No entanto, a operação ficou travada à espera de uma definição do acordo de leniência da OLI

com as autoridades peruanas, o que se concretizou apenas em dezembro do ano passado.

Em fevereiro, a companhia também assinou uma nova colaboração com a Justiça do país.

"A conclusão da venda de Chaglla é um passo muito importante em nosso programa de desinvestimento no Peru para alcançar o equilíbrio financeiro", disse a empresa em comunicado interno aos funcionários, assinado por Luciano Guidolin, diretor presidente da Odebrecht S.A.

Há ainda expectativa de que outros negócios pendentes da companhia no país possam ser destravados após os acordos firmados no Peru. O principal deles é o Gasoduto Sul Peruano, cuja concessão foi retirada pelo governo no começo de 2017. O consórcio do empreendimento, liderado pela Odebrecht com 51%, investiu US\$ 2,1 bilhões na obra.

O grupo aguarda a relicitação do duto para que o novo controlador possa indenizar a empresa pelos investimentos feitos.

Além disso, a companhia quer alienar outros projetos no país, como os corredores viários Norte e Interoceânico Sul, além do empreendimento de irrigação no distrito de Olmo - a venda deste ativo chegou a ser combinada com a Brookfield e a Suez, num total de US\$ 140 milhões, em 2016, mas o contrato perdeu a validade devido ao congelamento dos ativos pelo Ministério da Justiça peruano.

Com a venda da usina, o programa de desinvestimentos da Odebrecht atinge um total de R\$ 7,4 bilhões. O objetivo é chegar a R\$ 12 bilhões. A dívida da companhia chegará a R\$ 9,7 bilhões. Ao fim do programa de desinvestimentos, a meta do grupo é abater R\$ 15 bilhões de seu endividamento.

A usina de Chaglla é responsável por cerca de 6% da energia gerada no Peru, com 456 megawatts (MW) de potência instalada. Com a conclusão da venda, a participação da Odebrecht na Empresa de Generación Huallaga (EGH), operadora da usina, será transferida ao grupo chinês, que lidera um consórcio formado também por Hubei Energy, Ace Investment Fund II LP e CNIC Corporation.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/04/2019****Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte****Título: Aliança processa Vale, Samarco, Renova e BHP por perdas na usina de Candonga**

A Aliança Geração de Energia, companhia controlada pela mineradora Vale, está processando a própria controladora e outras empresas pelos danos à Hidrelétrica Risoleta Neves, também chamada de usina de Candonga. Os danos foram provocados pelo rompimento da barragem de Fundão, na cidade de Mariana, em Minas Gerais, há mais de três anos.

A usina é operada pelo Consórcio Candonga, liderado pela Aliança e desde o desastre, em novembro de 2015, continua desligada, sem poder produzir energia e sem gerar receita para a empresa.

O processo foi instaurado no fim do ano passado na Justiça de Minas Gerais e está tramitando na 1ª Vara Cível da Comarca de Mariana. Além da Vale, são alvos da ação a BHP Billiton, a Samarco e a Fundação Renova. Vale e BHP são controladoras da mineradora Samarco, que operava a barragem que ruiu. Já a Renova é a instituição criada para colocar em prática medidas de reparação e recuperação relativas à tragédia e tem suas atividades custeadas pela Vale e pela BHP.

As empresas tratam do assunto como uma questão delicada pelo fato de a Aliança ser controlada pela Vale

A Aliança requer que Samarco, BHP e Vale sejam condenadas, em conjunto, a fazerem o "pagamento de indenização por danos emergentes e lucros cessantes, no período de 5/11/2015 até 25/05/2035, ou, sucessivamente, até a data do total restabelecimento do pleno funcionamento da UHE Risoleta Neves", segundo aparece em um dos trechos do processo disponíveis no site da Justiça de Minas Gerais.

Embora a Samarco seja arrolada como ré, a Aliança pede a "desconsideração da pessoa jurídica da Samarco" como forma de alcançar o patrimônio da Vale e da BHP. Parada desde o desastre, a Samarco deixou de gerar caixa.

A Renova também é cobrada pela Aliança a arcar com a indenização juntamente com as mineradoras, mas em relação a um período ligeiramente menor: de 01/07/2017 a 25/05/2035. Não está claro nos trechos disponíveis do processo porque até 2035.

O valor da indenização pedido pela Aliança não aparece nos documentos acessíveis pelo site.

Procurada, a Aliança afirmou por meio de sua assessoria que não faria comentários para esta reportagem. A Vale também preferiu o silêncio, assim como a BHP e a Samarco.

As empresas tratam do assunto como uma questão delicada pelo fato de a Aliança, controlada pela Vale, estar numa disputa contra a própria controladora na Justiça. A mineradora tem 55% do capital da Aliança e a Cemig, empresa de energia elétrica de Minas Gerais, controlada pelo governo mineiro, tem 45%.

A Cemig foi econômica em seu comentário ao **Valor** e disse, por meio de nota, que a Aliança "tem tomado diversas providências para ser ressarcida dos prejuízos, o que ainda não aconteceu".

Além de indenização, a Aliança argumenta que caso a usina sofra perda total ou parcial de sua capacidade de operação as mineradoras e a fundação deverão "adotar todas as medidas para o desassoreamento integral do reservatório e reposição dos equipamentos e máquinas danificados". Essas medidas deveriam permitir o retorno das operações nas mesmas condições anteriores ao desastre de Mariana.

Quando a barragem desabou, na tarde de 5 de novembro de 2015 - provocando a morte de 19 pessoas e a contaminação de rios com lama e rejeito de minério de ferro - o consórcio Candonga teve de abrir as comportas da usina para evitar que os dejetos provocassem mais danos nas turbinas e outros equipamentos.

A usina Risoleta Neves fica no rio Doce na região dos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. É um empreendimento de US\$ 50 milhões que começou a funcionar em 2004. Tem potencial de geração de 140 MW/h e, pelo contrato de concessão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), possui energia assegurada anual de 64,5 MW/h.

A Aliança é dona de mais seis hidrelétricas, além de Candonga: Aimorés, Funil, Aguiar I, Aguiar II, Porto Estrela e Igarapava. A capacidade instalada total é de 1.158 MW e a energia assegurada em operação, de 652 MW médios. A empresa possui também um complexo de energia eólica no Ceará com capacidade de 98,7 MW de energia.

No processo que corre em Mariana, a Aliança afirma que a usina de Candonga foi atingida pela lama, "o que lhe causou vários e graves prejuízos, acarretando a paralisação de sua operação".

Afirma também que a previsão da Renova era retirar lama e rejeito do reservatório da usina, permitindo assim a retomada das operações até junho de 2017 ou, no cenário mais extremo em termos de prazo, até abril de 2018.

Nenhuma das datas foi honrada e, segundo consta no processo, a Aliança acusa as empresas de estarem "sistematicamente atrasando o seu cumprimento".

A Fundação Renova afirmou, por meio de sua assessoria, que uma série de intervenções estão sendo feitas em área a 3 km de Candonga onde serão depositados os rejeitos que estão no reservatório da usina, no rio Doce.

"Paralelamente, ocorre a limpeza das entradas e saídas das turbinas da hidrelétrica para possibilitar a recuperação da casa de força e garantir que cada gerador tenha plena capacidade de operação quando o lago for novamente cheio. O término de toda a obra está previsto para 2020", informou a fundação.

Quanto ao pedido de indenização, a Renova afirma que um acordo firmado em 2017 entre as mineradoras, os governo de Minas Gerais e do Espírito Santo e o Ministério Público sobre as medidas pós-desastre, "prevê indenização apenas a micro e pequenas empresas".

Em novembro do ano passado, a Aliança pediu à juíza Cirlaine Maria Guimarães que determinasse o prazo de um ano para que a Renova e as mineradoras retirassem a lama que assoreia o rio Doce a uma distância de 400 metros da usina.

A juíza rejeitou o pedido e determinou uma audiência de conciliação. A audiência ocorreu no início de fevereiro, mas não houve acordo. A juíza então concedeu mais 60 dias para novas contestações. O site da Justiça mostra apenas o ir e vir da tramitação do processo, mas não dá mais detalhes sobre o desenlace da disputa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/04/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras terá de ir além do PDV para atingir meta

O novo programa de desligamento voluntário (PDV), anunciado na noite de quarta-feira pela Petrobras, vem em linha com o plano de redução de despesas da companhia. Segundo dois analistas consultados pelo **Valor**, no entanto, ainda pairam dúvidas sobre como a petroleira conseguirá atingir a meta de cortar em

US\$ 8,1 bilhões seus gastos operacionais gerenciáveis no período entre 2019-2023.

Ao anunciar o novo PDV, a Petrobras estimou que o custo previsto para a implantação do programa é de R\$ 1,1 bilhão e o retorno esperado é de R\$ 4,1 bilhões até 2023, se considerada uma estimativa de participação de aproximadamente 4.300 empregados. A petroleira esclareceu que serão elegíveis os funcionários da controladora que estejam aposentados pelo INSS até junho de 2020.

A controladora possui cerca de 47,5 mil empregados, mas a estatal não informou quantos deles estão aptos a participar do PDV. Segundo os analistas, um programa voltado exclusivamente para funcionários próximos da aposentadoria pode não ser suficiente para atingir os cortes de custos desejados.

Se confirmada uma adesão de 4,3 mil empregados, a economia gerada responderia por cerca de um oitavo da meta de redução de custos do seu plano de resiliência.

O corte de pessoal é, justamente, o grande propulsor do plano da Petrobras para atingir os US\$ 8,1 bilhões. Ao anunciar o seu plano de resiliência, a petroleira explicou que a economia viria, basicamente, de três fontes: cortes de gastos com pessoal, por meio de um novo programa de incentivo ao desligamento voluntário (PIDV); da redução das despesas discricionárias, como publicidade e patrocínios; e da otimização do uso de prédios.

Dentre esses itens, os gastos pessoais são, de longe, os mais relevantes. No ano passado, essas despesas somaram R\$ 32,3 bilhões. Nos últimos anos, a Petrobras promoveu dois PDVs (um em 2014 e outro em 2016) e conseguiu desligar 16,5 mil empregados. Com a medida, a empresa pagou indenizações de R\$ 5,5 bilhões e obteve retorno financeiro de R\$ 19,5 bilhões. Mesmo se repetir esses números, contudo, a empresa não conseguirá atingir a meta.

Para os analistas, não está claro como a Petrobras atingirá a economia prometida no plano. As despesas com patrocínio, por exemplo, cresceram 55% em 2018, mas as cifras são relativamente pequenas diante da meta de corte de custos. Ao todo, a empresa investiu R\$ 220 milhões nessa rubrica em 2018. Os gastos em publicidades somaram R\$ 121 milhões, queda de 28,8%. O potencial de economia com a otimização do uso de prédios administrativos não está claro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/04/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Estudos sobre refinaria no Rio vão até agosto**

A Petrobras vai concluir em agosto os estudos de viabilidade técnica e econômica da refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Os estudos estão sendo feitos em parceria com a estatal chinesa CNPC.

"Em função destes estudos, a Petrobras tomará uma decisão a respeito da conclusão ou não da refinaria", informou a empresa, em nota ao **Valor**.

A Petrobras acrescentou que a decisão de iniciar estudos para a construção de uma usina termelétrica a gás natural no empreendimento é uma opção que será avaliada futuramente. "Não há qualquer decisão a respeito no momento", informou a estatal.

A opção de transformar o projeto do Comperj em uma termelétrica a gás foi publicada ontem pelo jornal "O Globo" e confirmada pelo **Valor**.

A Petrobras já havia desistido de implantar uma petroquímica no Comperj, situado em Itaboraí, na região metropolitana do Rio, devido a falta de competitividade do gás natural brasileiro em comparação com o insumo produzido de forma não convencional nos Estados Unidos. Hoje, a estatal trabalha apenas com a possibilidade de construir uma refinaria no local. Ainda assim, a refinaria não consta do atual plano de negócios da petroleira.

Em outubro do ano passado, a Petrobras firmou uma parceria com o grupo chinês para estudar a retomada da construção da refinaria do Comperj. Pelo desenho do negócio, a estatal teria 80% do empreendimento e a chinesa, os 20% restantes.

O atual presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, porém, tem planos de se desfazer de 50% do parque de refino da companhia. Nesse contexto, o projeto da refinaria do Comperj pode não fazer mais sentido estratégico para a estatal.

No fim de março, o executivo se reuniu com o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel. Um dos temas do encontro foi a retomada das obras do Comperj, paralisadas desde 2015.

Com relação ao projeto termelétrico, a ideia é que o empreendimento utilize gás natural do pré-sal para a geração de energia. No local, já está em construção uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), instalação que pode ser útil para a térmica.

As obras da unidade de processamento, a cargo da chinesa Shandong Kerui Petroleum e da brasileira Método Potencial, exigem perto de R\$ 2 bilhões de investimentos e têm expectativa de gerar 3 mil empregos na região.

Ainda não há informações, porém, sobre a capacidade instalada da termelétrica nem a previsão de investimentos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Após trimestre fraco, Aço Brasil revisa suas projeções para o ano

Depois de um primeiro trimestres mais fraco, o Instituto Aço Brasil fez uma revisão das projeções para este ano. O consumo aparente de aço no país deve aumentar 4,6% em 2019, chegando a 22 milhões de toneladas. A expectativa é menor que a feita no início do ano, quando o consumo aparente poderia crescer 6,2% e chegando a 22,37 milhões de toneladas.

"A revisão dos dados foi muito em função do desempenho da economia no primeiro trimestre. No primeiro trimestre, a prioridade absoluta era a reforma da Previdência e não foi aprovada no tempo que esperávamos e é evidente que impacta a economia", disse o presidente do Aço Brasil, Marco Polo Mello Lopes.

As vendas internas devem crescer 4,1%, para 19,5 milhões de toneladas. A estimativa anterior era de aumento de 5,8%, chegando a 19,8 milhões de toneladas. Segundo o Aço Brasil, a produção de aço bruto deve alcançar 36 milhões de toneladas, alta de 2,2%. Anteriormente, a previsão era um crescimento de 2,7%.

Já as importações devem apresentar evolução de 8,7%, atingindo 2,61 milhões de toneladas. As exportações também devem apresentar uma redução de 6,1%, atingindo 13,1 milhões de toneladas. Anteriormente, a entidade previa uma alta de 0,3%, com as vendas externas totalizando 13,98 milhões de toneladas. "Se a reforma for aprovada, mas não aquela para inglês ver (não pode ser desidratada), tenho convicção de que os números serão alterados para cima. Tem muita coisa parada no país."

Segundo Lopes, o que prejudicou o desempenho do primeiro trimestre deste ano foi a questão política, com a não aprovação da reforma da Previdência. Com isso, o consumo aparente de aço no período caiu 1,4% no comparativo com janeiro a março do ano passado, passando de 5,0 milhões de toneladas para 4,9 milhões de toneladas. As vendas internas também recuaram nos primeiros três meses de 2019, para 4,41 milhões, queda de 0,1%.

"Os resultados no primeiro trimestre vieram muito aquém do que esperávamos. A avaliação é de que a expectativa de que a reforma da Previdência seria aprovada no início deste ano se frustrou. A reforma é o divisor de águas", diz.

A produção de aço bruto também caiu no primeiro trimestre deste ano. O recuo foi de 2,8%, chegando a 8,39 milhões de toneladas. Já as importações aumentaram 4,1% no período, passando de 588 mil toneladas para 612 mil toneladas no primeiro trimestre deste ano. As exportações gerais alcançaram 3,69 milhões de toneladas, alta 3,2%.

Mello Lopes disse ainda que a situação das siderúrgicas brasileiras poderia ter sido pior no primeiro trimestre, se algumas usinas não tivessem operando em nível baixo. Isso porque, com o desastre de Brumadinho (MG), a Vale parou o fornecimento de pelotas que eram fabricadas em Minas Geras. "Aconteceu uma coincidência que a CSN e a Gerdau vão parar parte da produção para manutenção. Isso beneficiou as outras empresas. Aliado a isso, se não tivéssemos criado um esquema logístico para trazer pelotas do Maranhão, certamente já teria alto-forno parado."

Segundo ele, nos próximos dias uma certificadora do Exército americano deve começar o trabalho para conceder os atestados de estabilidade das barragens das minas que não estão operando.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/04/2019

Seção: Especial

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: 'O BNDES precisa criar um novo modelo de negócio'

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o economista Joaquim Levy, considera que a queda nas consultas para novas operações de crédito, no 1º trimestre do ano, confirma uma tendência observada desde o fim de 2018. Para ele, o comportamento apático das consultas e o grande volume de pré-pagamentos de empréstimos por empresas junto ao banco demonstram que o BNDES precisa criar um novo modelo de negócios. "Perdeu o subsídio, vai ter que correr mais rápido", disse Levy ao

Valor. Ele mostrou-se otimista com a recuperação nas consultas uma vez aprovada a reforma da Previdência. "Vai ter impacto enorme", previu. Por outra parte, disse, o banco está buscando novos mercados, como nas áreas de saneamento e gás natural. Levy é favorável à abertura do mercado de gás natural, dominado pela Petrobras. "Acho que a Petrobras está precificada abaixo de seu valor. Mas às vezes ela gosta de sentar em cima [de setores] e fechar o mercado." Leia a seguir os principais trechos da entrevista concedida na sede do banco, no Rio, na tarde de ontem.

Valor: *Como avalia o desempenho do banco no 1º trimestre, o primeiro sob sua gestão?*

Joaquim Levy: A economia está num momento de expectativa, e os números do desempenho do BNDES refletem este momento. A gente vê que as empresas ainda estão aguardando para tomar decisões. O número de consultas ao banco ainda é modesto, mas achamos que vai mudar à medida que ocorrerem eventos como a reforma da Previdência. Por outro lado, esses três meses foram bastante intensos em abriremos novos caminhos. Incrementamos bastante as janelas para as pessoas entenderem o esforço de transparência do banco. Não adianta ter os dados no fundo da internet, difíceis de serem entendidos. Tem de ser direto, porque as questões são legítimas e muitas vezes temos boas respostas. Voltamos a participar de discussões fundamentais para a economia, especialmente em infraestrutura. Estamos presentes na discussão das opções para a privatização da Eletrobras, nas diversas formas com que os governadores podem fazer seus Estados mais ricos. Estamos traçando estratégias para vendermos as participações que temos em companhias excelentes, mas cuja precificação ainda sofre por causa dos eventos da última década, como a Petrobras, que tem enorme valor, ainda mais com o foco que a nova administração está dando. E traçando os caminhos para devolvermos os recursos para o Tesouro, assim como usarmos o nosso capital da maneira mais efetiva para apoiar o investimento e a melhora da gestão das empresas brasileiras. Nesse contexto, também deslançamos linhas importantes, como a voltada para as micro e pequenas empresas, o BNDES Garagem. Mas fatos passados também tomam um tempo considerável, seja da diretoria, seja do corpo técnico do banco. Mas esse esforço é importante para voltarmos a ter energia para construir o presente e o futuro.

Valor: *A queda nas consultas e aprovações era esperada?*

Levy: Hoje está todo mundo preocupado porque não tem tantas contratações nos últimos meses. Em dezembro, eu olhei um gráfico que mostrava que as consultas caíram. Se juntar o declínio de consultas com os pré-pagamentos [feitos por clientes em 2017 e 2018], concluímos que temos que ter um novo "business model" [modelo de negócios]. Se achar que tudo vai continuar igual,

ótimo. Se ficar muito surpreso de que não está igual e achar que é um problema de gestão, porque algo está travado ou sei lá o que, não está entendendo a realidade. Então qualquer pessoa que olhasse o gráfico [de desempenho] de três meses atrás e olhar o gráfico de hoje verá que trata-se de uma continuação. Temos que nos reorganizar. Não adianta chorar as pitangas porque perdeu o subsídio.

Valor: *Os dados já evidenciavam queda de demanda futura?*

Levy: Demanda futura não; é a ciência. Pega o gráfico publicado e ele mostra consultas, contratações e desembolsos. Notei algum problema porque a contratação deu um salto em um período de cinco, seis meses, e a consulta só declinando. Era óbvio [que haveria queda].

Valor: *Qual foi o problema?*

Levy: Não é um problema da administração. A realidade mudou. A economia está devagar e aqui não é mais a casa do dinheiro barato. Por isso desde o dia número um eu estou dizendo que temos que fazer um novo "business model". E não adianta ficar inventando produtinho, nova linha de não sei lá o quê.

Valor: *Como vai ser esse novo modelo de negócios?*

Levy: Hoje [ontem] fizemos, por exemplo, um seminário sobre construção civil. [Buscamos entender] como está o mundo da construção civil. Como a construção civil está se preparando para este novo momento? Quais são as lições que eles aprenderam? Não queremos só ter as grandes empresas e também não queremos que sejam só estrangeiras a resolver tudo. Vamos ver como conseguimos apoiar as médias empresas. Aí entram mudanças no BNDES que nem todo mundo percebe. Para apoiar, não adianta só dizer que vai ter uma linha de crédito. Como vai ser a análise de crédito? Qual vai ser o risco que eu vou estar preparado para tomar? São coisas técnicas, mas estão interligadas. Se for tomar mais risco, preciso de mais capital. Isso se liga a como vou fazer minha alocação de capital.

"A economia está num momento de expectativa e os números do desempenho do BNDES refletem esse momento"

Valor: *Uma crítica recorrente ao banco sempre foi a demora em analisar e aprovar projetos.*

Levy: Por que era demorado? Porque tinha [uma estrutura] burocrática que permitia tomar risco zero, acho ótimo, sempre apreciei. Mas poderia demorar porque coisa de graça todo mundo topa, né? Tomar dinheiro 4% ou 5% mais barato [do que o mercado], em quantidade enorme de volume. É isso que vai

ter que mudar. Algumas coisas já estão mudando. Trouxe o Roberto [Marucco, diretor de estratégia e transformação digital], que conhece TI [tecnologia da informação] e processos, para ajudar a acelerar a simplificação de processos no banco.

Valor: *Qual é a situação hoje?*

Levy: Estamos tendo que reinventar o business. Evidente que o nível de consultas que herdamos de 2018 era acompanhado por um pico de contratação [de operações] insustentável. Então temos que ter novos business. Posso ficar aqui sentado esperando chegar, mas [também] tem que ter prospecção. Me ofereci a ir aos lugares para apresentar o BNDES. Falei em prospecção. Mas depois terei capacidade de risco, de análise? Vou ter estômago para o risco que estou indo buscar? Uma coisa é emprestar para a Suzano baratinho e ela põe todas as garantias que você quiser. Outra coisa é pegar empresa média. Voltando à construção, que citei antes. Estou disposto a ajudar a média empresa a melhorar a gestão. O que preciso depois em termos de análise de risco? Então uma das coisas que tenho chamado a atenção é o seguinte: tem que balancear o que é puro risco de crédito com o impacto, a efetividade [do banco nos empréstimos]. Porque eu estou fazendo isso, e não outro banco? Qual é a nossa real vantagem competitiva hoje?

Valor: *Aí entra a infraestrutura?*

Levy: Se não tiver infraestrutura andando, o resto da indústria, só pelo consumo próprio, eu, como economista, não vejo [deslanchar]. Não via quando era ministro [da Fazenda, em 2015] e continuo não vendo. Vai acontecer um milagre? Não vai.

Valor: *Mas infraestrutura é um setor que o banco sempre apoiou.*

Levy: Mais ou menos. Sempre apoiou dando dinheiro barato. Poderia vir qualquer bola [projeto] e eu [BNDES] dava dinheiro barato. Era ótimo, fazia contrato, emprestava R\$ 10 bilhões. Ótimo.

Valor: *Qual vai ser o atrativo do banco agora para que as empresas apresentem projetos?*

Levy: Qualidade [de projeto]. Não vamos dar só financiamento para qualquer coisa que vem, aí demora dois anos até eu ter as garantias. Isso não funciona mais. Meu papel, para motivar a empresa, é o banco estar [presente] desde o começo, desde o desenho do projeto. Devemos cobrar um "fee" [taxa] para ajudar a estruturar alguma coisa? Talvez, em alguns casos, sim. Então realmente temos que repensar o "business model". Não é uma coisa única do BNDES. Não

foi por acaso que eu acabei aqui. Vejo [essa reflexão] também no Banco Mundial, que precisa repensar parte de seu "business model".

Valor: *Por quê?*

Levy: Porque só emprestar para governo não resolve mais. Qual era a infraestrutura que [o BNDES] apoiava? Fazia empréstimos enormes para projetos, alguns que iam dar certo, outros que não iam dar certo. Os projetos mais desafiadores, inclusive de rodovias, têm uns que não fecharam até agora. Porque apoiava desde que fosse grande empresa, em projeto que tivesse todas as garantias, e dava linha de crédito barata.

Valor: *Haverá interesse de novos projetos de serem financiados pelo banco: ferrovias; a TAG, de gás natural, os aeroportos já licitados?*

Levy: Talvez sim, talvez não. Os aeroportos, se for pegar dinheiro barato, vão tentar pegar dinheiro no Nordeste. Como o BNDES é o que fica mais na vitrine, todo mundo quis acabar com o subsídio do BNDES, o que é bom. Só que continua o subsídio do FGTS, do crédito agrícola. Tem um princípio da economia que diz que, quando tem uma distorção, se consertar só um pedacinho, pode acabar em situação pior da que tinha originalmente. Não estou dizendo que seja exatamente isso. Mas, se tira o subsídio do BNDES e deixa em todo o resto, pode aumentar a distorção [na economia].

"Um princípio da economia diz: quando tem uma distorção, consertar só um pedacinho pode acabar em situação pior"

Valor: *Infraestrutura hoje é 40% do banco aproximadamente.*

Levy: E vai ser. Isso é outra coisa que tenho chamado a atenção. Capital nos dias de hoje não é o maior problema. Precisa retrainar a força de trabalho [do banco] para ter impacto no projeto e tem que fazer isso de maneira que seja autossustentável. O principal ativo do banco são os funcionários.

Valor: *A aposta do banco então é que a melhoria nas consultas ocorra com a reforma da Previdência?*

Levy: Em termos de consultas autônomas, certamente [a reforma] vai ter impacto enorme. Mas além disso estou procurando novos mercados.

Valor: *Pode dar exemplos?*

Levy: Gás natural e saneamento. Vamos fazer saneamento como a Caixa ou a Funasa fizeram historicamente? Não. Mas queremos fazer saneamento com o setor privado. Faz sentido emprestar para companhias do setor privado e são

coisas que têm volume. O gás, todo mundo adora falar de produtividade da indústria, que a indústria está morrendo etc. Uma das razões é a energia. Se [o custo do gás] cair de US\$ 12 por milhão de BTU para US\$ 6, será grande coisa porque há alguma coisa errada em um país que tem produção de gás na "esquina" o insumo custar US\$ 12 por milhão de BTU.

Valor: *Tem que abrir o mercado da Petrobras, hoje verticalizado?*

Levy: Tem que abrir esse mercado. Gosto de Petrobras, mas acho que a Petrobras está precificada abaixo de seu valor. Mas às vezes ela gosta de sentar em cima [de setores] e fechar o mercado.

Valor: *Como o BNDES vai se envolver nas discussões do gás?*

Levy: De todas as maneiras. Estamos discutindo com a Petrobras, com o governo. Devemos fazer alguns eventos, estamos tentando fazer contribuições à medida provisória que está no Congresso, a MP do Gás para Crescer. Estamos participando de discussões com vários Estados, privatização, apoio etc. Temos que mostrar como uma nova política de gás vai ser bom para o Estado. O Paraná, por exemplo, se conseguir levar gás para as indústrias revitaliza a economia. O "shale gas", na economia americana, baixou o custo de produção da indústria dos Estados Unidos. Pela primeira vez em 30 anos, as pessoas falaram em reindustrialização. Foi por que o governo deu subsídio para A, B ou C? Não, foi porque o insumo ficou barato. E ficou barato porque fizeram regulação de "shale gas" que permitiu a concorrência nos gasodutos.

Valor: *O banco continua com projetos para estruturar a privatização de distribuidoras de gás?*

Levy: Sim, mas, dentro da privatização, não é só vender [o ativo] para empresa privada e continuar fazendo a mesma coisa associada à Petrobras. Esse é uma das grandes coisas do Paulo [Guedes, ministro da Economia]. Como ele fala as coisas de maneira aberta, é verdade que no gás estamos perdendo oportunidade a troco de nada. A política da Petrobras no gás tem que ser melhorada. É uma política de monopolista mão pesada.

Valor: *Tem perspectiva de desembolso para este ano?*

Levy: O desembolso neste ano ainda vai em uma certa inércia do contratado no ano passado. Minha preocupação maior é a contratação, que vai depender de um realinhamento da nossa força de trabalho. Temos que fazer uma realocação da força de trabalho, inclusive descobrindo as reais capacidades dela porque agora a turma vai ter que mostrar a que veio. Não pode ser 200 caras em 2,5 mil. Tem que ter todo o exército no "deck" para operar.

Valor: *O problema em termos de contratação de novas operações de crédito então é 2020 e 2021?*

Levy: Cada ano é um ano. Não fui eu que mudei as condições de contorno da atuação deste banco. Ou as pessoas já entenderam que as condições mudaram dramaticamente ou de uma forma estrutural ou não entenderam. O banco não vai ser igual com Joaquim ou sem Joaquim. Uma instituição que tinha uma vantagem que custava ao Tesouro R\$ 20 bilhões ao ano quando perde essa vantagem do contribuinte tem que se repensar e os participantes têm que trabalhar de outra maneira. Perdeu o subsídio, vai ter que correr mais rápido.

Valor: *Como tem sido a ação da alta administração do banco nesse período de transição?*

Levy: Quando uma organização muda, é preciso uma combinação de clara orientação e às vezes foco em detalhes para mudar práticas habituais, e ouvir o corpo técnico. Isso é ainda mais importante no caso do BNDES, cujo corpo técnico é muito estável, com pouca renovação ou mesmo experiência externa. Isso foi um dos motivos de trazer uma direção com experiência bem diversificada e de fora, já que essa é a única alteração de pessoal factível em face ao acordo coletivo que os funcionários estabeleceram historicamente. É um momento que, sem barulho, temos que rever a efetividade e alinhamento de nossos instrumentos e políticas. Para isso, fizemos vários workshops nos fins de semana e agora com a chegada dos diretores Roberto Marucco e Denise Pavarina deve se dinamizar no que tange a empréstimos indiretos e industriais, além da contribuição fantástica que a diretora Karla Bertocco tem dado na infraestrutura. A experiência da diretora Eliane Lustosa em toda a área de mercado de capital e a evolução dos times sob a liderança dela são muito encorajadoras. Eu não gosto de quem usa como ferramenta de gestão falar mal dos antecessores e mudar tudo imediatamente. Mas é evidente que o banco enfrenta desafios pela própria forma com que atuou, e a alta administração, inclusive eu, tem gasto bastante tempo lidando com um legado passado, que é bem conhecido e que tem sido alvo do escrutínio do TCU, do MPF e do Congresso. O banco já incorporou lições e meu desejo é que o aprendizado ajude a uma conclusão rápida dessa fase com a elucidação satisfatória das questões ainda pendentes.

Valor: *Como conduzirá a devolução de recursos ao Tesouro?*

Levy: Vou tratar como sempre tratei todas minhas coisas na vida, tecnicamente. Vai ser resolvido tecnicamente.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/04/2019****Seção: Especial****Autor: Bruno Villas Bôas e Alessandra Saraiva | Do Rio****Título: Consultas ao banco caem 41% no 1º tri**

O primeiro balanço de desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sob o governo Jair Bolsonaro (PSL) mostra que a demanda por investimentos segue baixo no país. As consultas ao banco - termômetro do interesse por investimentos - recuaram 41% no primeiro trimestre, frente ao mesmo período de 2018, para R\$ 8,34 bilhões. É o menor nível para o período desde 1995, início da série histórica do banco.

Os desembolsos do BNDES até cresceram no primeiro trimestre, em 30% frente ao mesmo período do ano passado, para R\$ 14,48 bilhões. O resultado, porém, não chega a ser motivo de comemoração. Segundo Irecê Fraga, chefe do Departamento de Planejamento do BNDES, o avanço reflete, em parte, contratações de infraestrutura ocorridas no fim do ano passado, mas também uma menor base de comparação.

Isso porque, no início do ano passado, os desembolsos foram deprimidos pelo início de operacionalização da Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nos contratos. Além das incertezas de empresários sobre a TLP, os sistemas operacionais de bancos precisaram ser adaptados, o que atrasou operações no início daquele ano. "São questões que foram resolvidas", disse.

A abertura dos resultados do BNDES divulgados ontem mostra que praticamente todos os grandes setores consultaram menos o banco. O pior foi a infraestrutura, com R\$ 1,92 bilhão no primeiro trimestre, queda de 64% frente ao mesmo período do ano passado. O setor de energia elétrica, por sua vez, realizou consultas por apenas R\$ 215 milhões no período, 94% a menos do que um ano antes.

Fraga disse que o BNDES prevê desembolsar neste ano valor próximo do registrado no ano passado, quando foram liberados R\$ 69,3 bilhões. O valor refere-se ao cenário-base entre diversas projeções. A técnica evitou, contudo, detalhar se o cenário inclui a aprovação da reforma da Previdência e qual volume de devolução de recursos ao Tesouro.

"As declarações do presidente tem sido muito precisas sobre o caminho que o banco busca trilhar, que papel terá na economia", disse ela. "Acho que o BNDES

continua aberto a receber as necessidade investimento do Brasil. Se tiver intenção de investimentos, estamos preparados."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/04/2019

Seção: Política

Autor: Claudia Safatle | De Brasília

Título: Bolsonaro diz que economia mínima com reforma deve ser de R\$ 800 bi

O presidente Jair Bolsonaro disse que o mínimo que a reforma da Previdência precisa economizar, nos próximos dez anos, é R\$ 800 bilhões, segundo cálculos do ministro da Economia, Paulo Guedes. Abaixo disso, o país poderá se transformar na Argentina, onde a crise produziu o risco do retorno da ex-presidente Cristina Kirchner, disse ele. Menos do que esse valor, "nós vamos apenas retardar a explosão das nossas finanças, prevista para 2022", alertou o presidente, em mais uma rodada de encontro com jornalistas, ontem, em café da manhã no Palácio do Planalto. Se a reforma for ainda mais desidratada, levará o país para o "caos".

Ele assinalou, porém, que essa conta não representaria o limite do que é possível ceder para a aprovação final da nova Previdência no Congresso. "A bola, agora, está com o Congresso", mencionou. Ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que se empenhou na aprovação da proposta de reforma esta semana na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Bolsonaro agradeceu: "Ele foi um exemplo de entrega, abnegação e trabalho". Afirmou, ainda, que nunca atacou o presidente da Câmara.

É notória a mudança de visão de Bolsonaro sobre privatizações. Os estudos para a venda dos Correios estão bem adiantados e a radiografia da atual situação da empresa será divulgada. "Foi lá que começou o mensalão", lembrou o presidente, em referência ao escândalo da compra de apoio parlamentar durante o primeiro mandato de Lula. Se antes ele não admitia cogitar de privatizar a Petrobras, agora considera esse um caminho possível. "Podemos caminhar para isso. Mas vamos passo a passo. Primeiro, as refinarias", indicou Bolsonaro.

Essa, contudo, é uma solução que pouco se refletirá nos preços finais dos combustíveis, onde pesam a cobrança de impostos, sobretudo do ICMS (imposto estadual). "Os Estados são os grandes vilões dos altos preços dos combustíveis", afirmou ele.

Foram várias as perguntas sobre as críticas que o vereador Carlos Bolsonaro faz ao vice-presidente, Hamilton Mourão. Mourão estava sentado ao lado de

Bolsonaro no café da manhã e ambos tiveram que responder sobre os tuítes do filho do presidente da República com suspeitas de que o vice quer tomar o lugar do titular.

Bolsonaro não negou que existem divergências entre ele e Mourão, mas, usando a metáfora do relacionamento conjugal, ele sintetizou: "Eu e o vice dormimos juntos e trocamos beijinhos a noite toda. Durante o dia brigamos sobre quem vai lavar a louça", disse ele. 'Ou sobre quem vai cortar a grama", completou Mourão. "Somos irmãos siameses", assinalou o vice. "Esse é um casamento que vai durar, no mínimo, até 2022 [quanto termina o mandato do atual governo]", reiterou Bolsonaro. Ele não disse que vai disputar a reeleição, mas também não negou que vá fazê-lo. Ponderou que "não tem sede de poder" e que está tendo uma experiência "ímpar" no comando da Nação.

O presidente explicou, também, que conversa com o filho, Carlos, que ele acredita que foi peça fundamental na sua eleição, com o trabalho nas redes sociais. "Converso e nem sempre fico satisfeito, mas ele está indo para um bom caminho". Sobre o conselheiro do seu governo, Olavo de Carvalho, reiterou que algumas de suas declarações "não estão colaborando".

Mourão, por sua vez, considerou que ser objeto de críticas "é parte do jogo". Ambos salientaram que as manifestações de Carlos fazem parte da "sua liberdade de expressão"

Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, que participou da conversa, garantiu que será tempo perdido tentar promover a cizânia entre o grupo de militares que assessora o presidente e Bolsonaro. "Estamos juntos há 40 anos". Criticou, também, o uso da expressão "ala militar" do governo. "Não há ala alguma. Nunca houve uma reunião dessa ala", sustentou.

"Presidente confirmou venda dos Correios e disse que privatização da Petrobras é um 'caminho possível'"

Para Heleno, o importante é o trabalho que o governo está tentando fazer para tirar o Brasil da crise. "Recebemos o país sem um tostão. Se o virássemos de cabeça para baixo não cairia um 'puto', como dizem os paulistas", contou ele, acrescentando: "Estamos mais desfazendo do que fazendo. Não é fácil arrumar 30 anos de besteiras."

Quanto a aprovação da reforma da Previdência, o chefe do Gabinete Institucional falou que torce para que "baixe um espírito de patriotismo no Congresso". Ele assegurou, ainda, que o grau de corrupção, hoje, é infinitamente menor do que no passado recente.

Bolsonaro comentou: "Estamos no mesmo barco chamado Brasil. Lá fora ninguém consegue entender porque nos não vamos pra frente", prosseguiu. "Acho que o problema está no coração do país, na praça dos três Poderes. Temos que lutar pela independência dos Poderes e viver em harmonia", acrescentou.

Indagado sobre o seu compromisso com a pauta liberal do ministro da Economia, o presidente contou como conheceu Paulo Guedes - através de dois artigos do economista no "O Globo" em que ele elogiou o então candidato à sucessão de Michel Temer. Bolsonaro ficou intrigado com aqueles elogios "a mim, que era o patinho feio" e procurou o economista que estava livre depois de se aproximar do então possível candidato, o apresentador de TV, Luciano Huck, que desistiu de concorrer nas eleições presidenciais.

Essa primeira abordagem deu início a uma relação de confiança entre os dois que o presidente, ontem, dimensionou: "Confio 99,9% no Paulo Guedes."

Ele adiantou que está quase pronta a medida provisória da liberdade econômica, que trará para o Brasil o princípio da confiança no cidadão, na sua relação com o Estado. "A declaração do cidadão será tomada como verdade", explicou o ministro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, também presente ao café da manhã. Essa medida, que dispensará as pessoas de apresentar inúmeras cópias de infundáveis documentos, pretende tirar o Estado do "cangote" do cidadão.

A Subchefia de Ação Governamental, da Casa Civil, está revisando 27 mil decretos. "É a burocracia que vence a lei", disse Bolsonaro.

Na parte da tarde, em rápida entrevista a setoristas do Palácio do Planalto, Bolsonaro, voltando à questão previdenciária e a importância de se aprovar uma reforma robusta, lembrou que a Argentina fez "uma reforma meia boca" e o Mauricio Macri, presidente argentino, com quem ele vai se encontrar em breve, "está tendo problema agora, problemas que se avolumam. A oposição, lá, pode voltar. E é uma preocupação de nossa parte porque não queremos uma outra Venezuela aqui na América do Sul", disse.

Ele informou, também, que pretende enviar ao Congresso um ou dois projetos de lei para complementar o pacote de combate à violência e à criminalidade do ministro da Justiça, Sergio Moro. Em um deles pretende incluir o "excludente de ilicitudes" para proteger os soldados em operação onde imprevistos e mesmo tragédias acontecem.

Quer, ainda, instituir o uso de drones nessas operações.

Ao chegar no café da manhã, o presidente disse, sorrindo: "Apesar dos percalços entre nós, temos que manter acesa a chama da democracia." Usou a mesma declaração para se referir à tentativa do Supremo Tribunal Federal de censurar uma revista, mas referiu-se ao posicionamento da Advocacia-Geral da União, em defesa do direito do STF de abrir investigações sobre a origem de notícias ofensivas aos ministros da Corte, como um dever da AGU.

Sobre a sua imagem no exterior, de misógino, homofóbico, que teria dificultado até a definição de um local, em Nova York, para ele ser homenageado como Homem do Ano pela Câmara de Comércio Brasil-EUA, o presidente disse que isso foi sendo alimentado até porque entidades de defesa das minorias estavam ganhando dinheiro com isso. Se fosse verdade, porém, ele não teria sido eleito sequer para vereador. Ao final, ele disse: "O Brasil não pode ser o paraíso do turismo gay".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/04/2019

Seção: Economia

Autor: Mônica Ciarelli Mônica Scaramuzzo

Título: Desconsiderar o risco de uma greve é temerário, diz presidente da Petrobrás

Negociação. Segundo Castello Branco, a Petrobrás não pode subsidiar o diesel porque cria um problema sério para o Brasil, mas reconhece que caminhoneiros ganharam poder de barganha; 'o governo nunca fez menção de intervir na companhia', afirma o executivo

Duas semanas após o presidente Jair Bolsonaro pedir para a Petrobrás segurar o reajuste do preço do diesel por conta da ameaça de uma greve dos caminhoneiros, Roberto Castello Branco, presidente da estatal, disse ao 'Estadão/ Broadcast' que esse assunto já está superado. A decisão levou a companhia a perder R\$ 32 bilhões em valor de mercado no dia 11 de abril e criou um temor entre investidores de que o governo voltasse a interferir na política de preços de combustíveis. Segundo Castello Branco, a Petrobrás não pode subsidiar o preço do diesel porque cria um problema sério para o Brasil.

"Não quero que os eventos do passado se repitam (ingerência na política de preços). Mas desconsiderar os riscos de uma greve é temerário", disse. O executivo reconhece que os caminhoneiros ganharam poder de barganha – em maio do ano passado, a categoria parou o País por dez dias. Pedro Parente, que presidia a estatal à época, renunciou ao cargo após o governo de Michel Temer suspender reajuste ao diesel por causa da greve. O executivo afirmou que em nenhum momento pensou em deixar a Petrobrás por causa da polêmica sobre o

reajuste do diesel. “Minha preocupação era como eu poderia contornar a crise sem violar qualquer crença minha. Quero melhorar a Petrobrás. Se eu sentir que vou fracassar, não tenho mais nada a fazer, não vou comprometer a minha credibilidade. Demissão é um ato que se executa, e não se ameaça. Não é inteligente fazer isso.”

O executivo afirmou que tem um diálogo construtivo com Brasília, sobretudo com a equipe econômica. “O governo nunca fez menção de intervir na companhia.” E essa postura, segundo ele, tem sido importante para que a estatal acelere seus planos de vendas de ativos considerados não estratégicos. Desinvestimentos. Neste ano, a Petrobrás conseguiu levantar US\$ 10,3 bilhões com os desinvestimentos. Desse total, US\$ 8,6 bilhões vieram com a venda da rede de gasodutos TAG para a francesa Engie. A companhia também se desfez da plataforma do campo de Tartaruga Verde (comprada pela empresa Petronas, da Malásia, por US\$ 1,3 bilhão) e do polo do Riacho da Forquilha, arrematada pela baiana PetroRecôncavo, por US\$ 384 milhões.

“É o maior plano de desinvestimento de ativos da história da Petrobrás. Boa parte dos recursos será usada para reduzir a dívida da companhia. Vamos nos concentrar na produção e exploração de petróleo e gás natural”, disse. A Petrobrás pretende vender parte de suas refinarias, de sua participação na petroquímica Braskem, da Liquigás (botijão de gás), de ativos não estratégicos fora do País, e tem estudos para se desfazer de suas distribuidoras de gás em todo País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/04/2019

Seção: Economia

Autor: Mônica Ciarelli Mônica Scaramuzzo

Título: ‘Não dá para bancar ser o machão’

ENTREVISTA - Roberto Castello Branco, presidente da Petrobrás

Para Castello Branco, preocupação com a greve foi legítima e suspensão de reajuste não compromete credibilidade

Ficar refém novamente nas mãos dos caminhoneiros foi uma preocupação real do presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco. Para ele, a decisão de suspender o reajuste do diesel não compromete a credibilidade da companhia. “Acho que a preocupação do presidente (com a greve) foi legítima.” A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como foi o pedido do presidente Bolsonaro à Petrobrás para segurar o reajuste do diesel?

Estava no aeroporto de Galeão quando o presidente me ligou. Ele foi informado sobre o aumento do diesel e me alertou sobre uma possível greve dos caminhoneiros. Disse a ele que iria estudar o assunto e discutir com a diretoria (da Petrobrás) para cancelar o aumento. Em seguida, liguei para a diretora de refino. Chegamos à conclusão que, diante do risco de uma greve, era melhor sustar o aumento e depois avaliar o que poderia ser feito.

A Petrobrás então acatou o pedido do presidente...

Nos reunimos com vários ministros na Casa Civil na segunda-feira (dia 15). Foram discutidas várias ideias. Inclusive, uma sugestão minha, sobre a indexação do contrato de frete ao preço do diesel. Na terça-feira, pela manhã, várias medidas foram anunciadas. No mesmo dia, à tarde, tive reunião com o presidente Bolsonaro e os ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Paulo Guedes (Economia) e **almirante Bento Albuquerque (Minas e Energia)** para explicar ao presidente como é a situação do diesel no Brasil.

Entendeu o pedido como uma interferência do governo?

Acho que a preocupação dele foi legítima. Fiquei preocupado com o risco de greve permanecer. A Petrobrás não pode subsidiar o preço do diesel, seria um problema para o Brasil e não resolveria o problema dos caminhoneiros. Sugeri que o reajuste seja feito só na alta. Temos outras ideias, que implicam gastos do governo (compra de frota antiga, bolsa caminhoneiro e requalificação).

A decisão de suspender o aumento arranhou a imagem da empresa para o investidor?

Acho que não. Se a Petrobrás tivesse mudado sua política, congelado os preços... Não perdemos um tostão porque efetuamos operação de hedge.

Mas o mercado se assustou...

Sim e a queda das ações da Petrobrás repercutiu isso. Temos um passado muito ruim. A Dilma (Rousseff, ex-presidente) fez isso, (o mercado entendeu que) o Bolsonaro iria fazer... Mas isso não aconteceu. Não estou aqui para defender... Não sou político, mas acho que foi injusto (com o presidente). A atuação dele foi no sentido de que havia um risco de greve. A comunicação, enfatizo, é muito importante. Toda a discussão foi por R\$ 0,10.

Temos de lembrar que as manifestações de 2013 começaram por causa de R\$ 0,20...

Sem dúvida. Mas não era por causa de R\$ 0,20. Era algo mais fundamental. Os nossos serviços públicos continuam sendo muito ruins...

Como é sua interlocução com Bolsonaro e Paulo Guedes?

Com o presidente, tive só esta reunião em que esclarecemos os pontos para ele. Com Guedes e o ministro almirante Bento, tenho um diálogo muito bom, construtivo. Eles nunca fizeram menção de intervir na companhia. Tive liberdade para escolher todos diretores e gerentes que quis, sem intervenção.

O presidente tem uma visão menos liberal que a do sr. e da equipe econômica.

O presidente é um político. Sou economista, assim como Guedes. Temos ideias convergentes. Concordamos em muita coisa, não 100% necessariamente.

Os caminhoneiros ganharam um poder grande de barganha no ano passado. Não teve medo de a Petrobrás ficar refém deles?

Tenho preocupação. Não quero que os eventos do ano passado se repitam. Foram ruins para a Petrobrás. O presidente da Petrobrás saiu e a companhia ficou paralisada. Por isso, tenho sido ativo em fazer sugestões ao governo. Eu poderia ter dito que a Petrobrás é independente, o aumento está dado e vamos embora. Mas essa atitude não é construtiva. Não é porque a gente retarda o aumento por poucos dias que vai diminuir a credibilidade da companhia. Minha obrigação é defender a estatal. Não dá para bancar ser o machão. A gente tem de pensar e analisar os riscos.

No ano passado custou a renúncia do Pedro Parente... Chegou a pensar em sair?

Não. Pensei em contornar a crise, sem violar qualquer crença minha. Estou aqui para cumprir uma missão. Se eu sentir que vou fracassar, não tenho mais nada a fazer, não vou comprometer a minha credibilidade. Mas demissão é um ato que se executa, e não se ameaça. Não é inteligente fazer isso.

A Petrobrás é o símbolo da Lava Jato. Ainda há esqueleto no armário?

Creio que não. Se achasse, iria atrás. A Petrobrás sofreu muita depuração, a governança se fortaleceu. Mas não dá para garantir que não há mais nada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/04/2019

Seção: Metrópole

Autor: Amanda Pupo / BRASÍLIA

Título: Bolsonaro oficializa o fim do horário de verão

Presidente afirmou que estudos apontaram não haver mais benefícios; ministro destacou pico de consumo à tarde

Confirmando anúncio feito no início do mês, o presidente Jair Bolsonaro assinou ontem decreto que acaba com o horário de verão. A medida foi tomada durante solenidade no Palácio do Planalto, que reuniu autoridades como o vice-presidente Hamilton Mourão, o ministro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

Ao discursar, Bolsonaro fez um aceno aos parlamentares, afirmando que o governo está aberto para receber sugestões de medidas que possam ser implementadas via decreto, reconhecendo a "dificuldade" de aprovar alguma lei no Congresso. "Muito difícil, quase como ganhar na Mega Sena. Um decreto tem um poder enorme, como este assinado agora. A todos os senhores, aos demais, o governo está aberto, quem tiver qualquer contribuição para dar via decreto, nós estamos à disposição dos senhores", afirmou.

Criada com a finalidade de economizar energia e aproveitar o maior período de luz solar durante os meses mais quentes do ano – quando os dias também são mais longos –, a medida foi adotada no Brasil pela primeira vez em 1931 e adotada em caráter permanente a partir de 2008. De acordo com Bolsonaro, a decisão de acabar com a medida foi tomada após estudos que mostraram não haver mais benefícios. "Na saúde, mesmo sendo só uma hora, mexia com o relógio biológico."

"Nos últimos anos, ocorreram alterações na configuração sistêmica do setor elétrico; e mudanças no perfil de consumo de energia decorrentes, principalmente, da evolução tecnológica – como, por exemplo: a maior eficiência da iluminação; a utilização de equipamentos elétricos mais econômicos; e a substituição de chuveiros elétricos por outras formas de aquecimento. Deslocou-se, assim, o período de maior consumo diário para a tarde, quando o horário de verão não tem influência", afirmou o ministro Bento Albuquerque.

Permanência. Em 2008, ficou definido que o horário de verão começaria no primeiro domingo do mês de novembro de cada ano, e valeria até o primeiro domingo do mês de fevereiro subsequente, em parte do território nacional. Só haveria mudança em ano que houvesse coincidência entre a data prevista para o término e o domingo de carnaval.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/04/2019

Seção: Economia

Autor: Andreza Matais

Título: Bolsonaro diz que Guedes aceita reforma de R\$ 800 bi

Afirmção foi feita em café da manhã com jornalistas; mais tarde, presidente voltou atrás e disse que não existe um ‘mínimo’

Em café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, ontem, o presidente Jair Bolsonaro disse que o ministro da Economia, Paulo Guedes, aceita uma economia de R\$ 800 bilhões em dez anos com a reforma da Previdência e fez uma defesa contundente pela sua aprovação: “O navio está no rumo da reforma; se não der certo, o caos vai se instalar porque ninguém mais vai confiar no Brasil.” À tarde, o presidente voltou atrás e disse que não existe um dado mínimo e que Guedes fala de uma economia em torno de R\$ 1,1 trilhão. Desde a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o ministro vem defendendo a cifra. “Eu gostaria que a nossa proposta saísse na ponta da linha como entrou. Mas nós sabemos até pela minha experiência de sete legislaturas que haverá mudanças. Agora, não existe um dado mínimo”, disse corrigindo a afirmação.

O presidente reiterou que agora “a bola está com o Parlamento, mas que tem gente que acha que o governo deve interferir”. Sem abrir a estratégia de conversas com o Congresso, apenas disse que, da parte do governo, o que se fará é mapear os parlamentares e fazer um trabalho junto a eles. Sobre a economia com a reforma, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, reafirmou que o governo vai defender a proposta “na sua integralidade” durante as discussões na comissão especial, mas que respeitará o Parlamento e eventuais mudanças. Ontem, o ministério apresentou um documento com os dados de impacto da reforma, mostrando uma economia fiscal total de R\$ 1,236 trilhão em dez anos. Guedes mantém a confiança na capacidade de construir uma negociação que garanta a economia de “pelo menos R\$ 1 trilhão”, na avaliação da equipe econômica.

Assessores do ministro destacam, porém, que o valor de R\$ 800 bilhões está em linha com o que o mercado avalia que seja o “mínimo” para garantir uma boa reforma. Dois dias após a admissibilidade da nova Previdência ter passado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara por 48 votos a favor e 18 contrários, o presidente falou que o placar o surpreendeu positivamente, mas se queixou do comportamento do mercado financeiro, que ainda vê incertezas com a reforma. Vende tudo. O presidente também admitiu na conversa com os jornalistas que o governo pode “encaminhar para a privatização mais ampla da Petrobrás”, mas observou que dará um passo de cada vez, dando como exemplo as refinarias, que devem ser vendidas primeiro. A Petrobrás estuda o desinvestimento de vários ativos, entre eles as refinarias.

No final de fevereiro, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, disse que empresa pretende vender até 100% de alguns ativos de refino. Sobre os preços dos combustíveis, que gerou polêmica quando o presidente pediu para

segurar o reajuste do diesel, Bolsonaro atribuiu a alta ao ICMS, cobrado pelos Estados. “O grande problema é o ICMS, mas a pancada quem leva é o governo federal.” Bolsonaro disse ainda que a Medida Provisória (MP) da liberdade econômica está pronta e deve sair nos próximos dias. A MP, já anunciada pelo governo, terá como objetivo desburocratizar e reduzir custos, destravando a economia e tirando amarras das empresas para fazer negócios. “Ela (MP) simplifica, desburocratiza, tira o governo do cangote do cidadão”, afirmou o presidente. Bolsonaro também anunciou que o governo enviará ao Congresso um projeto de lei sobre agentes financeiros dos municípios. “Quem emprestava dinheiro como agiota terá de declarar”, disse, sem detalhar o teor do projeto. /COLABORARAM ADRIANA FERNANDES E AMANDA PUPO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Elena Landau

Título: Simpatia quase amor

Na ressaca da ameaça de mais uma greve pelos caminhoneiros, Bolsonaro revelou ter uma “simpatia inicial” pela privatização da Petrobrás. O presidente teria chegado à inevitável conclusão de que as estatais estão sempre sujeitas ao uso político. Mesmo em um governo liberal, que não é o caso deste, as empresas públicas são naturalmente vistas como instrumento de negociação política, em sentido amplo. Desde o uso criminoso, como revelou a Lava Jato, até a expectativa de que os preços de seus produtos sejam controlados, passando por indicações políticas para cargos executivos. Severino Araújo foi apenas mais singelo ao pedir “aquela diretoria que fura poço”, mas há na classe político-partidária a presunção de que essas empresas fazem parte do jogo. A Lei das Estatais melhorou muito a governança dessas empresas, ao exigir qualificação técnica e dificultar indicações partidárias aos seus postos de comando.

Uma boa governança ajuda, mas não resolve. A intervenção do presidente na política de preços da Petrobrás é prova cabal disso. Só há uma solução para blindar as empresas e proteger o patrimônio que, controlado pela União, é nosso: a privatização. O governo tentou, em um contorcionismo narrativo, dizer que a Petrobrás voltou atrás na sua decisão de elevar o preço do diesel por livre e espontânea vontade. A conversão de Bolsonaro à fé privatista teria sido parte do plano. Mas a versão não colou. Ao menos, a lição parece ter sido aprendida. Os primeiros R\$ 30 bilhões perdidos em um único dia, nunca se esquece, sendo pouco provável que novas interferências venham a ocorrer. Mas de que privatização Bolsonaro estaria se aproximando? Na realidade, nada mais fez do que reforçar a política de desinvestimentos da empresa que foi desenhada já no

governo passado: venda de parte de sua posição monopolista no refino, distribuidoras da Gaspetro e BR Distribuidora.

Neste último caso, sem alienação do controle. A decisão continua sendo preservar a Petrobrás focada na sua vocação principal, que é óleo e gás. Bom lembrar que a venda do controle é vedada pelo art. 62, da Lei 9478/97, assim Bolsonaro dependeria da autorização do Congresso para sua privatização. No rastro dessa discussão, o tema da desestatização voltou mais seriamente ao noticiário. As divergências internas foram expostas, desde a entrevista do secretário Salim Mattar à revista Veja. Salim se diz frustrado. Eu também. Da promessa irreal da arrecadação de R\$ 2 trilhões com venda de ativos e imóveis, teremos de nos contentar com a previsão de pouco mais de R\$ 80 bilhões para este ano, neles já incluídos a conclusão dos leilões de concessão, previstos desde o ano passado.

EBC, Ceitec, EPL continuam fora da lista. Pelo menos a venda dos Correios parece ter entrado na pauta. Seria necessária uma maior determinação de Bolsonaro para arbitrar as disputas ministeriais e colocar em definitivo a venda de ativos nas mãos de Salim e Guedes. Minha experiência mostra que sem a determinação do presidente, no caso FHC, não anda. Mas a pergunta que não quer calar é: por que a venda de estatais encontra tantas resistências? A simples comparação da universalização alcançada na energia elétrica e nas telecomunicações, com os vergonhosos índices de cobertura de esgoto deveria ser suficiente para mostrar os seus benefícios. Sobre a desestatização de setores da atividade econômica não há nem o que discutir, porque o Estado não deveria ter estado por lá em primeiro lugar.

O debate sobre o tema parece um diálogo de surdos. De um lado, os argumentos vão desde “setores estratégicos” ao crime de lesa-pátria, do outro, tudo o que o Estado faz, faz malfeito. Quando assumi a diretoria de desestatização no BNDES, fui para contribuir com a reforma do Estado, parte do Plano Real. Tinha uma visão mais pragmática. A convivência com o universo dessas empresas me levou a uma postura mais radical: é preciso privatizar tudo que a Constituição permitir. As companhias controladas pelo governo não têm a capacidade de se modernizar com a rapidez que a competição exige, pois são limitadas pela lei de licitação e pela inflexibilidade na política de pessoal, por exemplo.

Além de não conseguirem ofertar serviços de forma eficiente, essas barreiras criam um ambiente fértil para grupos de interesse se alimentarem dessa ineficiência. Não é por acaso que funcionários, políticos locais e fornecedores sejam os maiores opositores à desestatização. Usam o imaginário da população, como “entreguismo do patrimônio”, para falar em nome da sociedade. São as

saúvas do Estado. Bolsonaro deve ter percebido isso na negociação com os caminhoneiros. Daí sua simpatia inicial. Que vire amor, ou quase amor.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/04/2019

Seção: Poder

Autor:

Título: Presidente diz que briga com Mourão é por quem lava a louça'

Brasília- O presidente Jair Bolsonaro minimizou nesta quinta (25) os atritos com o vice-presidente, Hamilton Mourão, e disse que manterá a parceria com ele, no mínimo, até 2022.

A declaração foi dada em um café com jornalistas no Palácio do Planalto, para o qual a Folha não foi convidada.

Segundo relatos do jornal Valor Econômico, que participou do encontro, Bolsonaro comparou a crise envolvendo Mourão e seu filho Carlos, vereador no Rio, a um casamento. “Estamos dormindo juntinhos anoite toda”, disse o presidente, de acordo com o jornal. “Durante o dia, brigamos sobre quem lava a louça.” Mourão também esteve presente na conversa com a imprensa.

Mesmo após Jair Bolsonaro ter afirmado na terça (23) que queria colocar um “ponto final” na briga entre seu filho e o vice, o vereador segue com publicações críticas a Mourão.

Nesta quarta (24), por exemplo, em uma das postagens sobre Mourão, Carlos disse ser “estranhíssimo seu alinhamento com políticos que detestam o presidente”, como o ex-deputado federal Jean Wyllys (PSOL). O filho do presidente ainda escreveu: “Lembro que não estou reclamando do vice só agora e tais... são apenas informações!”

Na terça-feira, ao deixar seu gabinete no Planalto, Mourão afirmou que adotaria uma postura de não criar confronto e exemplificou com um ditado popular: “Quando um não quer, dois não brigam”.

Participaram do encontro com Bolsonaro: Ailton Nasser (Record News), Erick Klein e Franz Vazek (Rede TV!), Ricardo Gandour (CBN), Rodrigo Rangel (Crusoé), Cláudia Safatle (Valor Econômico), Andreza Matais (O Estado de S. Paulo), André Lahóz Mendonça de Barros (Exame), Daniela Pinheiro (Época), André Petry (Veja), Carlos José Marques (IstoÉ), Felipe Moura Brasil (Jovem Pan), Sheila Magalhães (Rádio Band News), Marcelo D’Angelo (Band News), João Borges (GloboNews) e Leandro Cipoloni (CNN Brasil).

Depois do café, Bolsonaro almoçou no bandeirão do Palácio do Planalto ao lado de dois de seus ministros, o general Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e **o almirante Bento Albuquerque (Minas e Energia)**.

Ele levou sua equipe de comunicação para o registro de imagens que serão divulgadas pelo governo. Segundo Albuquerque, o presidente se serviu de churrasco, salada e comeu batata frita. “Ele foi ali, se serviu, pediu ‘uma carne mais caprichada’, comeu salada, as carnes do churrasquinho”.

Bolsonaro passou cerca de meia hora no restaurante Sesi, que fica no anexo do Planalto, próximo ao escritório onde despacha Mourão.

Administrado pelo Sesi, o restaurante oferece comida a quilo e churrasco a custos mais baixos do que os praticados na região central de Brasília. O valor do quilo sem churrasco é de R\$ 30,33, e de R\$ 33,11 com churrasco. Foi a primeira vez em que Bolsonaro almoçou no local, mas prometeu voltar uma vez por mês. Os ex-presidentes Lula, Dilma e Temer nunca comeram no restaurante durante o exercício da Presidência.

Abordado por jornalistas enquanto era cercado por seguranças, Bolsonaro elogiou a comida. “Gostei, o rancho está melhor do que do tempo do Exército.”

Do trajeto da mesa até a saída, Bolsonaro foi abordado diversas vezes para fazer selfies. Ele deixou o local sem pagar, mas disse que ressarcirá o auxiliar que custeou o almoço. “Quem pagou foi aquele cara lá. Lá em cima eu dou dinheiro para ele”, disse.

Segundo assessores, quem pagou foi um ajudante de ordem do presidente identificado como major Cid.

Não é a primeira vez que Bolsonaro almoça em um bandeirão no cargo de presidente. Na Suíça, enquanto participava do Fórum Econômico Mundial, em Davos, ele frequentou restaurante self-service antes de seu discurso na abertura do evento.

Assim como será feito nesta quinta, a equipe presidencial divulgou imagens dele se servindo no restaurante na Suíça. Na ocasião, as fotos foram exploradas por seus filhos e apoiadores nas redes sociais, em tom elogioso. O gesto faz parte de estratégia política de mostrar que o presidente é um homem simples.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Agência usa preço do diesel de 2017 para reajustar frete

Variação na bomba desde janeiro não justificaria acionamento de gatilho

Prometido pelo governo em reunião com caminhoneiros na segunda-feira (22), o reajuste de 4,13% na tabela de frete do transporte rodoviário foi calculado com base em um valor equivalente ao preço do diesel praticado pela última vez nas bombas brasileiras em 2017.

O reajuste foi anunciado na quarta-feira (24) pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), sob a justificativa de que o preço do óleo diesel subiu 10,69% com relação ao valor da tabela anterior, publicada em janeiro.

A lei que criou os pisos mínimos de frete prevê duas atualizações por ano com base na inflação e revisões extraordinárias “sempre que ocorrer oscilação no preço do diesel no mercado nacional superior a 10% em relação ao preço considerado na planilha de cálculos”.

Nas bombas, porém, o preço do diesel S-10 (usado como referência pela agência) nos postos brasileiros variou apenas 2,5% no primeiro trimestre de 2019, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

Embora tenha subido mais de 20% nas refinarias, distribuidoras e revendedores vêm segurando os repasses às bombas diante da crise financeira.

A ANTT alega que a variação foi calculada com base no valor constante de planilha aprovada em janeiro, na qual o diesel foi cotado a R\$ 3,28.

Naquele mês, porém, o valor médio nas bombas girava em torno de R\$ 3,55 por litro. A última vez em que o diesel S-10 custou R\$ 3,28 nos postos, de acordo com a ANP foi em setembro de 2017.

Durante todo o ano passado, o preço do combustível oscilou acima dos R\$ 3,40, com pico de R\$ 3,899 durante a greve dos caminhoneiros.

A ANTT diz que seguiu a lei 13703, que determinou a aplicação de desconto de R\$ 0,46 por litro no preço da primeira tabela do frete — valor equivalente ao que o governo esperava obter com o corte de R\$ 0,16 em impostos e a subvenção de R\$ 0,30 por litro, que durou até dezembro e custou R\$ 7 bilhões aos brasileiros.

Assim, diz a agência, o preço de partida foi R\$ 3,23 por litro.

Desde que tabela foi implantada, o gatilho do preço do diesel já foi disparado duas vezes. Em setembro de 2018, a ANTT aumentou o frete em 6%. Em novembro, diante da queda do petróleo, houve redução média de 2,3%.

Em janeiro, na atualização anual, a ANTT diz ter elevado o preço do diesel da planilha para R\$ 3,28. Na revisão atual, considerou a evolução desse valor para os R\$ 3,64 praticados nas bombas em março, comparando o preço da planilha com o preço real de bomba.

“O reajuste pegou todo o mundo de surpresa”, disse o diretor-executivo da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio), Luiz Cornacchioni.

“Se fosse em um período de inflação fora de controle... Mas estamos falando em inflação de 4%. É de espantar um índice assim”, completou.

A mudança na tabela do frete foi aprovada por unanimidade na reunião da diretoria da ANTT. Os cálculos que levaram ao índice de 4,13% não foram debatidos pelos diretores durante o encontro, que é filmado e está disponível no site da agência reguladora.

O aumento ocorre em meio a um período de mobilização dos caminhoneiros, que levou o governo Jair Bolsonaro a anunciar uma série de medidas, de investimentos em estradas a oferta de financiamento para a compra de peças.

Bolsonaro também obteve na Petrobras mudanças em sua política de preços dos combustíveis, levantando críticas no mercado sobre interferência política na gestão da estatal. No dia 11, após telefonema do presidente, a empresa chegou a suspender aumento de 5,7% no preço do diesel.

Novo reajuste foi anunciado seis dias depois, após a divulgação de um pacote de medidas pró-caminhoneiros.

Na segunda, o governo fechou acordo com os caminhoneiros, que incluía o reajuste da tabela do frete, para suspender paralisação que havia sido marcada para o dia 29.

A agência diz que, a partir de agora, as oscilações serão calculadas apenas com base nos preços de bomba.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/04/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Prévia da inflação dispara e supera a meta

Pressionado pela alta dos combustíveis e dos alimentos, IPCA-15 avança 0,72% em abril e atinge 4,71% em 12 meses

A prévia da inflação oficial brasileira acelerou com força em abril sob pressão dos preços de transportes, com destaque para a gasolina. A alta de 0,72% foi o maior crescimento para o mês de abril desde 2015 (1,07%).

O IPCA-15 (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15) de abril superou a expectativa de pesquisa da Reuters de 0,69% e ocorreu após avanço de 0,54% em março.

O resultado é o mais forte desde junho, quando chegou a 1,11% impactado pela paralisação dos caminhoneiros.

O indicador também passou a subir 4,71% no acumulado em 12 meses até abril, de 4,18% no mês anterior. A expectativa era de avanço de 4,66%.

Assim, chega ao maior patamar desde março de 2017 (4,73%) e supera a meta oficial de inflação do governo para 2019 — 4,25% pelo IPCA, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

A maior influência do índice de abril partiu dos preços de transportes, que subiram 1,31% em abril e registraram a maior variação no mês, além do maior impacto sobre o índice, de 0,24 ponto percentual. A alta de 3% dos combustíveis foi o principal motivo para o impacto, com destaque para o aumento de 3,22% nos preços da gasolina.

O segmento Alimentação e Bebidas, com importante peso sobre o bolso do consumidor, teve alta de 0,92%, mas mostrou desaceleração sobre a taxa de 1,28% vista no mês passado.

O grupo Saúde e Cuidados pessoais apresentou avanço de 1,13%. Juntos, esses três grupos responderam por cerca de 85% do IPCA-15 de abril. Segundo o Banco Central, a inflação acumulada em 12 meses atingiria um pico em torno de abril ou maio, para depois recuar para patamar abaixo do centro da meta deste ano.

Ainda assim, as perspectivas para a inflação são confortáveis, diante de uma economia que ainda se arrasta e do alto nível do desemprego, porém a fraqueza da atividade já levanta questionamentos sobre o futuro da taxa básica de juros Selic.

A pesquisa Focus realizada pelo BC mostra que a expectativa é de que a Selic permaneça em 6,5% até o fim deste ano. Os economistas consultados no levantamento estimam que a inflação terminará este ano a 4,01%, e a 4,00% em 2020.

A metodologia utilizada para calcular o IPCA-15 é a mesma do IPCA. A diferença está no período de coleta dos preços e na abrangência geográfica.

Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/04/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Talita Fernandes

Título: Com assinatura de decreto, Bolsonaro extingue horário de verão em 2019

Brasília - Em breve cerimônia do Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) assinou um decreto que extingue o horário de verão no Brasil em 2019.

Durante o ato, o presidente comparou o fato de um parlamentar conseguir aprovar um projeto de lei no Congresso a "ganhar na Mega-Sena".

"A dificuldade de um parlamentar aprovar um projeto em uma única legislatura é quase como ganhar na Mega Sena", afirmou.

Para assinar o texto, Bolsonaro convidou a ficarem a seu lado deputados e senadores que tenham apresentado projetos legislativos para extinção do horário de verão.

A exemplo do que foi feito nesse caso, ele disse ainda que convida congressistas a trazerem ao governo propostas que possam ser decididas por meio de decretos presidenciais, sem terem de passar pela tramitação no Legislativo.

"O governo está aberto para quem tiver qualquer disponibilidade", disse, ponderando que para que um pedido se concretize na edição de um decreto é preciso passar por uma análise jurídica.

Bolsonaro defendeu o fim do horário de verão, afirmando que sempre reclamou da mudança de horário, mas que agora, com estudos do **Ministério de Minas e Energia**, foi possível a extinção. "Eu sempre reclamei do horário de verão. Esperemos que dê certo, que não tem nada a ver com economia de energia", disse.

O presidente disse ainda que a alteração dos relógios afetava o relógio biológico da população e que isso é prejudicial para o trabalhador. "Em não mexendo no relógio biológico, a produtividade certamente aumentará", argumentou.

O horário de verão foi adotado pela primeira vez no país no fim de 1931, com a finalidade de economizar energia elétrica nos meses mais quentes do ano. Ele foi aplicado sem interrupção nos últimos 35 anos.

Pesquisas mostram, no entanto, que a eficiência na economia de energia vem caindo ano após ano. Um estudo divulgado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), considerou nula a economia de energia durante o horário de verão 2017/2018.

De acordo com o relatório, a redução apresentada em análises durante o horário de verão também foram verificadas em outros períodos, antes mesmo dos ajustes no relógio.

No verão 2016/2017, a economia decorrente da redução do uso de usinas foi de R\$ 159,5 milhões. No mesmo período do ano anterior (2015/2016), foram economizados R\$ 162 milhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/04/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Fernanda Canofre

Título: Acordo com a Vale racha força-tarefa que negocia reparações de Brumadinho

Para Promotoria, mineradora deu golpe com acordo extrajudicial, apoiada pela Defensoria de MG

Belo Horizonte - Três meses depois da tragédia em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, um acordo assinado entre a Vale e a Defensoria Pública de Minas Gerais criou um racha entre os órgãos que tratavam das reparações com a mineradora.

O rompimento da barragem na mina do Córrego do Feijão, em 25 de janeiro, deixou 233 mortos e 37 desaparecidos, até o momento, segundo a Defesa Civil estadual.

No começo do mês, a Defensoria e a mineradora assinaram um termo de compromisso que possibilita que pessoas atingidas possam optar por acordos individuais extrajudiciais para ter indenização.

O acordo depende apenas de homologação de um juiz. A previsão é de que os primeiros sejam avaliados pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais na próxima semana.

O termo prevê preços fixos para as reparações como a perda de ferramentas, carros ou veículos, e danos morais. Os detalhes, porém, de quais os danos previstos e o valor estipulado para cada um, não estão sendo divulgados.

Segundo a Vale e a Defensoria, o sigilo serve para preservar a privacidade e a segurança dos atingidos que optarem por aderir ao acordo.

O órgão defende que o acordo seria uma forma mais rápida de garantir o pagamento das indenizações —a previsão é que o dinheiro seja liberado em até 30 dias, a partir do encaminhamento do pedido junto à Defensoria.

Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, chefe de gabinete da Defensoria, diz que a procura para assiná-lo é grande e vem crescendo —todos que procuraram informações sobre o acordo optaram por aderir até o momento, diz.

"Temos uma demanda reprimida de pessoas que querem a pronta indenização. Muitas não querem esperar a negociação coletiva porque o processo judicial, por natureza, é mais lento. A gente quis garantir, como Defensoria Pública, essa opção", afirma.

Apesar de não ter ouvido falar sobre o acordo, o manobrista Anael José da Silva, 35, diz que consideraria aderir a ele. A lama chegou a 50 metros da casa onde vivia há nove anos com a esposa, no Córrego do Feijão, para onde ela não quer voltar. "Nosso lugar acabou, estamos esperando que a Vale compre o imóvel da gente, para que possamos mudar para outro", diz Anael.

Os dois vivem agora na parte urbana de Brumadinho, em uma casa alugada pela Vale. Apesar de receber o pagamento emergencial da mineradora, Anael teve que contratar um advogado em busca da doação de R\$ 50 mil prometida para proprietários de imóveis dentro da zona de autossalvamento —onde a lama levaria até 30 minutos para chegar.

Ele conta que, mesmo tendo documentação da Vale reconhecendo que sua casa estaria na área, a mineradora afirmou que ele não teria direito ao pagamento. Até 12 de abril, 98 proprietários de imóveis na zona de autossalvamento haviam recebido o valor.

Além deles, a Vale pagou doações de R\$ 100 mil a 272 famílias de vítimas da tragédia e de R\$ 15 mil a 82 pessoas que tiveram negócios impactados pelo rompimento.

O acordo entre a Defensoria e a Vale pegou de surpresa os outros três órgãos da força-tarefa que trabalhavam na costura dos termos para a reparação e indenização dos atingidos —ministérios públicos estadual e federal e a Defensoria Pública da União (DPU).

A principal crítica é que o acordo foi feito a portas fechadas, sem envolvimento direto dos atingidos para definir os parâmetros de preços da matriz de danos e antes que uma assessoria técnica tivesse sido contratada.

A Defensoria estadual alega ter tomado por base relatos que colheram de pessoas atendidas e que não chamou os outros órgãos por questão de competência constitucional.

"A gravidade desse acordo está em conversar antes com o causador do dano, definir o valor do dano, para depois ir na vítima e oferecer seus serviços para mediar um acordo, em que já se definiu o valor previamente. Isso é muito grave. A Defensoria está assumindo uma posição que eticamente não é possível", afirma o promotor André Sperling Prado, membro da força-tarefa.

Para ele, o acordo é ilegítimo e um golpe da Vale. Os órgãos dizem que teriam apoiado o termo caso ele tivesse sido construído com assembleias e participação de uma assessoria técnica —cuja contratação está prevista no acordo de pagamentos emergenciais e deve ser definida em 25 dias.

"O processo coletivo está justamente na fase de trabalhar a redução da desigualdade entre os atingidos e a Vale, por meio da escolha de assessorias técnicas que auxiliarão as comunidades a quantificar os danos que suportaram", diz o defensor público da União, Antonio de Maia e Pádua.

Há ainda preocupação de que o acordo estaria se aproveitando da vulnerabilidade dos atingidos e que pode criar precedentes para outros casos.

O Ministério Público estadual foi informado de que a Vale já estaria usando este acordo com a comunidade do distrito de Macacos, em Nova Lima, na região metropolitana de Belo Horizonte. Moradores foram retirados de suas casas por risco de rompimento em outra barragem da empresa no dia 16 de fevereiro.

"A estratégia de se fazer negociações individuais, embora pareça satisfazer alguns atingidos, só atende, em verdade, aos interesses da Vale. Ela produz rebaixamento nos direitos dos atingidos", afirma o procurador Helder Magno da Silva.

Do acordo assinado junto à Justiça, em fevereiro, que prevê pagamentos emergenciais a toda a população de Brumadinho e outras comunidades atingidas —mais de 40 mil pessoas—, a Vale iniciou os pagamentos de cerca de 12,4 mil pessoas.

Segundo a DPU, a empresa vem criando empecilhos, colocando exigências que não estavam previstas, como pedir comprovante de residência de bebês, além

de ter erros no sistema, que muitas vezes não reconhece como entregues documentos já encaminhados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/04/2019

Seção: Poder

Autor: Rubens Valente

Título: Maia fala em reverter esvaziamento da Funai

Presidente da Câmara cogita enfrentar governo e retirar demarcação de terras indígenas do Ministério da Agricultura

Brasília- O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), disse a um grupo de parlamentares e líderes indígenas que não concorda com a transferência do poder de demarcação de terras indígenas da Funai para o Ministério da Agricultura e que a alteração divide o país e não promove a segurança dos índios.

Ele sinalizou que vai trabalhar para desaprovar esses pontos da medida provisória número 870, que deverá ser analisada nas próximas semanas pelo Congresso.

O ato foi o primeiro assinado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), em 1º de janeiro. Além de transferir a tarefa da demarcação para a Agricultura, a medida provisória remeteu a Funai (Fundação Nacional do índio) do Ministério da Justiça para o da Mulher, Família e Direitos Humanos.

O vídeo da reunião ocorrida nesta quarta-feira (25), como parte da movimentação indígena na Esplanada dos Ministérios, mostra Maia dizendo que “sempre aprende” com os indígenas que o procuram.

“A Câmara dos Deputados é de todos aqui, nós não trabalhamos a favor de uma parte da sociedade, trabalhamos a favor do nosso Brasil, então vocês podem contar comigo.”

No encontro, Maia foi informado de que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), também manifestou durante uma reunião intenção de barrar esses pontos da medida provisória.

“Em relação à MP 870, se o presidente do Senado tem a compreensão de fato que a Funai deve ser restabelecida sua estrutura no Ministério da Justiça, me parece o mais razoável, o mais racional, que garante mais segurança para cada um de vocês”, disse Maia.

Um dos deputados presentes, Ivan Valente (PSOD-SP) disse que entregar a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura é como deixar “a raposa tomando conta do galinheiro”.

Maia concordou: “É entregar para quem tem uma visão. Tema que não deve ter apenas uma visão, deve olhar o de todos. Então fica só olhando um lado da história, não olha o todo para construir uma solução coletiva. Vai sempre dividir, nunca vai construir nada”.

A reunião com Maia foi feita a pedido da frente parlamentar pró-indígena na Câmara, coordenada pela deputada federal Joenia Wapichana (Rede-RR), a primeira parlamentar federal indígena eleita no país. Ela também participou do encontro com Maia.

Construção de Itaipu violou direitos indígenas, diz PGR

A construção da usina hidrelétrica de Itaipu durante a ditadura militar (1964-1985) gerou graves violações de direitos indígenas, com adulteração de procedimentos para subestimar o número de índios que habitavam a região.

É o que diz relatório produzido ao longo de três anos e divulgado nesta quinta-feira (25) pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge. O documento poderá embasar ações judiciais para a responsabilização da União e de demarcação de terras indígenas.

Maior hidrelétrica do país, Itaipu foi projetada e construída de 1970 a 1982. Para criar o lago artificial, a obra transferiu 40 mil pessoas, entre índios e não índios, no Paraná.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/04/2019

Seção: O País

Autor: GUSTAVO MAIA E JUSSARA SOARES

Título: Churrasco, batata frita e salada no bandeirão do presidente

Bolsonaro almoça pela primeira vez no refeitório do Planalto e elogia ‘rancho’

Pela primeira vez desde que tomou posse, o presidente Jair Bolsonaro almoçou ontem no refeitório do Palácio do Planalto, onde diariamente comem servidores do governo federal e jornalistas. A refeição foi acompanhada por uma equipe de comunicação da Presidência. Bolsonaro, que costuma almoçar no seu gabinete, se serviu de salada, churrasco e batata frita. Os ministros Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), e **Bento Albuquerque, de Minas e**

Energia, fizeram a refeição ao lado do presidente, com outros funcionários do Planalto.

Seguranças do GSI sentaram-se ao redor da mesa de Bolsonaro, para impedir a aproximação de pessoas não autorizadas. —Gostei, o rancho está melhor do que do tempo do Exército —elogiou Bolsonaro, que teria surpreendido seus ministros com o convite para a refeição no bandeirão. O presidente disse que pretende almoçar no bandeirão uma vez por mês, e avaliou a comida como “excelente”, do padrão do Exército brasileiro — do qual é capitão reformado.

PREÇO SUBSIDIADO

O restaurante é gerido pelo Serviço Social da Indústria (Sesi) e o preço das refeições é subsidiado. O quilo custa aproximadamente R\$ 30, preço considerado baixo para o entorno do Palácio do Planalto. Assediado na saída por pessoas que estavam no local e pediram para tirar fotos com ele, Bolsonaro deixou o restaurante sem passar pela fila de pagamento.

O presidente contou que ressarciria o seu ajudante de ordens, major Cid, que pagou a conta, quando chegasse ao terceiro andar, onde fica seu gabinete. Filho do general Mauro Cid, colega de turma de Bolsonaro na Academia das Agulhas Negras (Aman), em Resende, no Sul Fluminense, o major é um dos homens de confiança do presidente e chega a dar opiniões na área de comunicação do governo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/04/2019

Seção: Economia

Autor: JUSSARA SOARES, GUSTAVO MAIA E PATRICIA VALLE

Título: Bolsonaro assina decreto e extingue horário de verão

Presidente diz esperar aumento da produtividade do trabalhador com respeito ao relógio biológico

BRASÍLIA E RIO- O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem decreto que acaba com o horário de verão, confirmando anúncio feito no início de abril. Segundo o governo, estudos indicaram que adiantar os relógios em uma hora entre outubro e fevereiro — inaugurada em 1931 — já não tem impacto econômico significativo com a redução do consumo de energia, dados os avanços tecnológicos. O presidente argumentou ainda que o respeito ao relógio biológico dos trabalhadores aumentará a produtividade.

Bolsonaro assinou o decreto ao lado de parlamentares que haviam proposto projetos de lei com este fim. O horário de verão fica totalmente extinto no

Brasil — não apenas em 2020, como divulgado anteriormente. O governo terá de editar um novo decreto se quiser retomá-lo.

— Não tem nada a ver com economia de energia. E, não mais mexendo no relógio biológico, a produtividade do trabalhador aumentará — disse Bolsonaro, citando pesquisas contratadas pelo governo que apontam 70% de rejeição ao horário de verão.

Fernando Blower, presidente do sindicato de bares e restaurantes do Rio (SindRio), teme que a decisão tenha impacto negativo no setor com mudança de hábitos. Segundo ele, com dias mais longos, os últimos verões têm registrado aumento de 20% a 30% no movimento dos estabelecimentos: — Nessa crise, qualquer mudança é preocupante.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/04/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA E RAMONA ORDONEZ

Título: Petrobras muda regra para acelerar venda de subsidiárias

Aprovada em assembleia, norma permite que a estatal se desfaça de refinarias e de outros empreendimentos sem precisar do aval dos acionistas

A Petrobras aprovou ontem, em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas realizada no Rio, mudança em seu estatuto que permite a venda do controle de subsidiárias apenas com a aprovação do seu Conselho de Administração. Assim, fica dispensado o aval de acionistas. Embora a União, controladora da estatal, tenha apoiado a mudança, detentores de cerca de 25% das ações se posicionaram contra.

O trecho alterado prevê “trazer a competência para a aprovação da alienação do controle do capital social de subsidiárias integrais para o Conselho de Administração’.. De acordo com a Petrobras, o objetivo da mudança é agilizar seu processo de venda de ativos. Atualmente, a estatal prevê se desfazer de pelo menos metade de suas refinarias, de parte das ações da BR Distribuidora, de participações em campos de petróleo e da Liquigás (distribuidora de botijões de gás), entre outros. A meta é arrecadar US\$ 26,9 bilhões entre 2019 e 2023.

— Vemos com preocupação essa mudança. Em um momento em que se caminha para combater a corrupção, temos medo, já que esse assunto ficará a cargo apenas do Conselho de Administração — disse Gerson Castellar, representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

A Petrobras informou que, considerando as vendas de ativos já assinadas, o valor total arrecadado chega a US\$ 11,3 bilhões só neste ano. Estão na lista a venda de 90% da rede de gasodutos TAG para a francesa Engie, do campo de Tartaruga Verde e do Módulo III do campo de Espadarte, ambos na Bacia de Campos, para a Petronas, e ainda de 34 campos terrestres para a PetroRecôncavo.

Ontem, em café da manhã com jornalistas, o presidente Jair Bolsonaro voltou a falar sobre a venda de ativos da Petrobras. Segundo João Borges, colunista do G1 e da GloboNews, Bolsonaro disse: “Vamos trabalhar na privatização das refinarias. Esse é um projeto da Petrobras que já está aprovado e que terá sequência”.

INVESTIMENTO DE R\$ 54,7 BI

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), também realizada ontem na sede da companhia, os acionistas aprovaram o plano da estatal de investir R\$ 54,7 bilhões este ano, 10,8% a mais que em 2018.

A Petrobras informou ontem que está tomando medidas legais contra a ocupação por trabalhadores da MontevideoGas, distribuidora de gás canalizado na capital do Uruguai que é controlada pela estatal, desde quarta-feira.

A companhia, segundo fontes, pretende deixar o negócio, que é deficitário. A Petrobras enfrenta dificuldades com os sindicatos locais, que acusam a empresa de buscar redução de custos com demissões. A Petrobras afirma que há decisão judicial proibindo a ocupação da unidade.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/04/2019

Seção: Sociedade

Autor: BRUNO GÓES E VINICIUS SASSINE

Título: Maia se oferece para negociar retorno da Funai ao MJ

Presidente da Câmara criticou demarcação de terras pela Agricultura e disse que promoverá diálogo entre indígenas e a pasta

BRASÍLIA- O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem que vai ajudar líderes indígenas a negociar a transferência da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Justiça e apoiar o fim da demarcação de terras pelo Ministério da Agricultura.

Em encontro com parlamentares e lideranças indígenas, Maia prometeu se empenhar para que o Congresso faça essa alteração ao analisar a Medida Provisória 870, editada em 1º de janeiro pelo presidente Jair Bolsonaro, que subordinou a Funai ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. A MP também transferiu a prerrogativa de demarcar terras indígenas à Agricultura.

O encontro foi gravado e divulgado pela "Mobilização Nacional Indígena". No vídeo, Maia indica que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, também é a favor das medidas.

— Em relação à 870, o presidente do Senado, se ele tem a compreensão que de fato a Funai deve ser restabelecida no Ministério da Justiça, me parece o mais razoável, o mais racional, que garante mais segurança para cada um de vocês. Essa divisão em dois ministérios não me parece um caminho que vai gerar segurança para o povo indígena. Então, estamos aqui para ajudar — afirmou, acrescentando que vai auxiliar os indígenas a dialogar com a ministra Tereza Cristina.

Com dificuldades para estabelecer articulação com o Congresso, o Planalto identificou na análise da MP uma possibilidade de retaliação ao governo e emplacou o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho, na relatoria da comissão.

VIOLAÇÃO DE DIREITOS

A Funai também está no centro de uma acusação de violação de direitos humanos de indígenas durante a ditadura militar. Segundo um relatório apresentado ontem pela Procuradoria-Geral da República, a construção da usina hidrelétrica Itaipu Binacional excluiu os Ava-Guarani de processos de reassentamento e reparação. A Funai, a própria Itaipu e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária fraudaram a identificação das comunidades, ao classificarem os índios como posseiros.

Boa parte deles ocupa, hoje, terras não demarcadas e vive em conflito com proprietários dessas áreas.

— O trabalho do Ministério Público é reunir as informações que permitem essa demarcação, segundo os critérios da Constituição. É promover o processo demarcatório, caso não ocorra pelo Poder Executivo — disse a procuradora-geral, Raquel Dodge.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 26/04/2019****Seção: Política****Autor: Rodolfo Costa****Título: Horário de verão é extinto**

O horário de verão está cancelado. O presidente Jair Bolsonaro assinou, ontem, decreto que suspende por tempo indeterminado a medida. A decisão faz parte de uma agenda positiva que a gestão busca construir com sociedade e parlamentares. Estudos internos do governo mostram que 53% da população apoia a decisão.

Os ganhos do Estado com o horário de verão eram inócuos, o que motivou o governo a suspendê-lo. A economia vinha caindo ano após ano, e a projeção para 2019 era próxima da neutralidade, conforme destacou, ontem, **o secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Ricardo Cyrino.**

O horário de verão foi criado com objetivo de aliviar o pico de consumo de energia elétrica, que era em torno das 18h. Com a evolução da tecnologia, iluminações mais eficientes, substituição de chuveiros por outros mais econômicos e a entrada do ar-condicionado no mercado, o pico de consumo foi deslocado das 18h para as 15h, explicou Cyrino. Com o maior consumo de energia à tarde, o país deixou de fazer a economia que obtinha no passado, e não houve mais alívio ao setor energético.

Saúde

A própria saúde do cidadão foi levada em conta, frisou Bolsonaro, ontem, em duas ocasiões, na cerimônia de assinatura do decreto, e à noite, numa transmissão ao vivo nas redes sociais. “Mesmo sendo apenas uma hora, mexia com o ‘relógio biológico’ das pessoas”, justificou. A decisão foi embasada em um estudo apresentado pelo deputado João Campos (PRB-GO), que aponta a neutralidade econômica com a medida. O parlamentar e colegas como Charles Fernandes (PSD-BA), Luiz Nishimori (PR-PR) e Delegado Waldir (PSL-GO), líder do partido na Câmara, são autores de propostas criadas para extinguir o horário de verão.

Bolsonaro assinou o decreto ao lado desses parlamentares, um gesto que o governo quis passar nessa nova etapa da articulação. “Quem tiver qualquer contribuição para dar via novo decreto e alteração de decreto, nós estamos à disposição dos senhores”, declarou o presidente. O líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), foi autorizado a dialogar com deputados e

promover a aprovação de matérias por meio de decretos. A ideia é que as sugestões sejam feitas para resolução de “problemas” regionais.

As propostas serão submetidas a análises jurídicas e, em no máximo três semanas, o Planalto se compromete a dar a resposta. “Para o sim ou para o não”, disse Major Vitor Hugo. Havendo amparo jurídico, o governo se compromete a assinar um decreto que possa solucionar o que parlamentares tentariam por projeto de lei ou outras ferramentas legislativas.

MME / ASCOM .